UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

CAMPUS ARARAQUARA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Camila Antonia Salviano – RA: T064GC4

Dânica Fernanda Sandretti da Silva - RA: G12271-2

Débora Cristina Abonizio Lisboa – RA: N6129A5

Natalia Cristina de Alcântara Alonso - RA: N580CF-0

O IMPACTO DO PRECONCEITO NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES TRANS

ARARAQUARA

2024

UNIP - UNIVERSIDADE PAULISTA
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Psicologia

Camila Antonia Salviano – RA: T064GC4

Dânica Fernanda Sandretti da Silva - RA: G12271-2

Débora Cristina Abonizio – RA: N6129A5

Natalia Cristina de Alcântara Alonso - RA: N580CF-0

O IMPACTO DO PRECONCEITO NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES TRANS

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de graduação no Curso de Psicologia da Universidade Paulista-UNIP, sob a orientação do Professor Orientador Dr. Luiz Roberto Marquezi Ferro.

ARARAQUARA

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Sandretti da Silva, Dânica Fernanda
O IMPACTO DO PRECONCEITO NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES TRANS / Dânica Fernanda Sandretti da Silva. - 2024.
0062 f. + TCLE - Parecer CEP.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao Instituto de Ciência Humanas da Universidade Paulista, Araraquara, 2024.
Área de Concentração: Psicologia.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Marquezi Ferro.

1. Saúde Mental. 2. Mulheres Trans. 3. Preconceito. 4. Sistema Único de Saúde. I. Ferro, Luiz Roberto Marquezi (orientador). II.Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Universidade Paulista com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Aos nossos familiares, que nos apoiaram e incentivaram durante todo o processo.

Ao nosso orientador Prof° Dr. Luiz Roberto Marquezi Ferro, que nos guiou, dando todo auxílio necessário para a elaboração da pesquisa.

Aos professores do curso de Psicologia, que através de seus ensinamentos, possibilitaram um melhor desempenho em nossa formação.

Camila Antonia Salviano – RA: T064GC4
Dânica Fernanda Sandretti da Silva - RA: G12271-2
Débora Cristina Abonizio Lisboa – RA: N6129A5
Natalia Cristina de Alcântara Alonso - RA: N580CF-0

TÍTULO
O IMPACTO DO PRECONCEITO NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES TRANS

Relatório de Pesquisa apresentado para Plano de Estudos Orientados – PEO, do Curso de Psicologia da Universidade Paulista-UNIP, sob a orientação do Professor Dr Luiz Roberto Marquezi Ferro.

O trabalho foi considerado aprovado com a nota dez (10,0).

Araraquara, 26 de agosto de 2024.

Rafa Modé
Psicóloga Rafaela Modé

Prof.(a) Fátima Aparecida Arena do Amaral
Universidade Paulista (UNIP)

Ferro
Prof.(a) Dr.(a) Luiz Roberto Marquezi Ferro – Universidade Paulista-UNIP
Orientador(a)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender as dificuldades que as mulheres trans encontram ao longo do processo de reconhecimento de sua identidade, considerando o preconceito ao qual a sociedade manifesta. O método proposto para a pesquisa foi de estudo de caso, dado que permite maior compreensão a respeito do tema abordado. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que foram gravadas e transcritas, servindo de base para os textos finais. O tamanho da amostra foi de conveniência devido a proposta do método e a dificuldade de encontrar indivíduos que tenham disponibilidade para participar da pesquisa. Os resultados obtidos foram analisados por meio de análise de discurso. Foi possível observar diversas formas de discriminação vivenciadas por essas mulheres, bem como essas situações afetaram e seguem impactando em sua saúde mental. O acesso a um acompanhamento psicológico adequado, juntamente com políticas públicas que garantam seus direitos, podem promover maior qualidade de vida para essas mulheres.

Palavras-chave: Saúde Mental; Mulheres Trans; Preconceito; Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT

This project aimed to understand the difficulties that trans women encounter throughout the process of recognizing their identity, considering the prejudice that society expresses. The method proposed for the research was a case study, as it allows greater understanding of the topic addressed. To this end, semi-structured interviews were carried out and recorded and transcribed, serving as the basis for the final texts. The sample size was convenience due to the proposed method and the difficulty of finding individuals who are available to participate in the research. The results obtained were analyzed using discourse analysis. It was possible to observe various forms of discrimination experienced by these women, as well as how these situations affected and continue to impact their mental health. Access to adequate psychological support, together with public policies that guarantee their rights, can promote a better quality of life for these women.

Keywords: Mental health; Trans Women; Prejudice; Health Unic System.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 Mulher trans: uma identidade para além do sexo imposto 13
1.2 Saúde mental de mulheres trans no Brasil 14
1.3 Sobre preconceito 15
1.4 A atuação do SUS no processo de transição 16
1.5 Hipótese 17
1.6 Objetivos 17
1.6.1 Objetivo Geral 17
1.6.2 Objetivos específicos 17
1.7 Justificativa 18
2 MÉTODO 19
2.1 Participantes e Local 19
2.1.1 Riscos 20
2.1.3 Benefícios 20
2.1.4 Critérios de inclusão e exclusão 20
2.2 Instrumentos 21
2.3 Aparatos da Pesquisa 21
2.4 Procedimentos para coleta de dados 22
2.5 Procedimentos para análise de dados 23
2.6 Ressalvas éticas 24
3 RESULTADOS 26
3.1 Compreensão da identidade 26
3.2 Emoções vivenciadas durante a compreensão 27
3.3 Apoio familiar 28
3.4 Impacto do preconceito na saúde mental 29
3.5 Auxílio do SUS 30
3.6 Contexto Escolar 31
3.7 Violência verbal e física 32
3.8 Preconceito da sociedade 33
3.9 Enfrentamento do Preconceito 33

4 DISCUSSÃO 35
4.1 Compreensão da identidade 35
4.2 Emoções vivenciadas durante a compreensão 36
4.3 Apoio familiar 37
4.4 Impacto do preconceito na saúde mental 38
4.5 Auxílio do SUS 39
4.6 Contexto Escolar 40
4.7 Violência verbal e física 42
4.8 Preconceito da sociedade 43
4.9 Enfrentamento do Preconceito 45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 47
REFERÊNCIAS 49
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO 53
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 54
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados Sociodemográficos.....26
Tabela 2: Percepção da identidade.....27
Tabela 3:Percepção das Emoções no momento da compreensão 28
Tabela 4: Percepção sobre o apoio familiar 29
Tabela 5: Percepção sobre a saúde mental e o preconceito sofrido.....30
Tabela 6: Percepção sobre auxílio do SUS.....31
Tabela 7: Percepção no contexto escolar 32
Tabela 8: Percepção sobre os tipos de violência 32
Tabela 9: Percepção sobre o preconceito social.....33
Tabela 10: Percepção sobre o enfrentamento do preconceito 34

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender as principais dificuldades enfrentadas por mulheres trans, (indivíduo biologicamente masculino que se enxerga/identifica como feminino) no Brasil, tendo como foco a investigação dos efeitos do preconceito social na saúde mental dessas mulheres.

Desde o nascimento são passados ensinamentos de como meninos e meninas devem agir de acordo como são identificados, entretanto não são orientados a um comportamento adequado referente ao gênero. As diferenças entre homens e mulheres, vista como natural e biológica, são na verdade influenciadas pela sociedade e sua cultura. Sendo assim, acredita-se na ideia de que órgãos genitais identificam uma pessoa como homem e mulher, quando na verdade essa identificação é social e não biológica (Jesus, 2012).

No contexto brasileiro, transgêneros ou pessoas trans, se refere a um termo utilizado para identificar uma pessoa que não se encaixa dentro de padrões estabelecidos pela sociedade na definição de cada sexo biológico. Sendo assim, pode-se pensar na mulher trans como alguém que nascendo homem se entende como mulher (Silva *et al*., 2021).

As diferentes formas com que uma pessoa pode ser identificada em termos sociais como homem ou mulher é o que chamamos de gênero. Existem muitas definições clínicas e sociológicas, mas para descomplicar podemos dizer que pessoas trans precisam lidar com o embate entre o biológico e o social, onde o corpo contradiz a subjetividade (Jesus, 2012).

No campo da saúde mental, tendo em vista que seja um assunto muito abordado nos dias atuais, sua definição até o momento é vaga. Por muito tempo o termo saúde foi relacionado ao não adoecimento, e neste caso a não identificação de doenças psíquicas, onde saúde mental só era pautada diante de concepções sobre a “loucura”. Entretanto, atualmente a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a saúde mental está ligada à forma como o indivíduo lida com as questões da vida, em um estado de bem-estar, o que pode ser definido por sentimentos como, conforto, segurança, tranquilidade, contentamento e satisfação (Alcântara; Vieira; Alves, 2022).

No contexto discriminatório, a atual sociedade foi idealizada com princípios machistas e religiosos, onde tudo que fuja desse padrão estabelecido se dá por

anormal, por exemplo, o próprio termo "cisheteronormatividade" já deixa bem claro que tudo que venha contrariá-lo foge do que é aceito como algo natural. Levando este fato em consideração, a comunidade trans sofre discriminação constantemente, uma violência que além de afetá-los em diversas áreas como família e até trabalho, sem dúvidas também prejudica sua saúde mental (Ferreira *et al.*, 2022).

A origem da palavra preconceito deriva da junção do prefixo pre-, que significa anterioridade, e de conceito, uma compreensão de algo. Sendo assim, preconceito seria uma forma de juízo de valor preconcebido sobre algo ou sobre alguém pautado em uma opinião construída sem fundamento. Uma opinião formulada sem a devida reflexão ou exame crítico. Uma maneira de demonstrar certo repúdio a algo através da discriminação, baseando-se apenas em crenças ou superstições (Buarque, 2010).

Este preconceito influencia diretamente a saúde mental das mulheres trans, trazendo muitos sintomas depressivos, ideação suicida e até mesmo tentativas de suicídios. Isso se dá pela falta de apoio social em razão do preconceito e a falta de informação a respeito da subjetividade de cada um. Estando elas em uma posição vulnerável, cabe à sociedade promover apoio, bem como ajudar no enfrentamento desse preconceito negativamente imposto (Chinazzo, 2021).

A condição inferiorizada da mulher em relação ao homem ocorre desde muito cedo, visto que vivemos em uma sociedade patriarcal e sexista. Apesar de muitos avanços, as mulheres ainda se deparam com as dificuldades de se colocarem em um universo heteropatriarcal, sendo ainda mais complicado no caso de mulheres trans. É nítido como os fatores de identidade de gênero organizam e hierarquizam as experiências sociais. As limitações impostas por essa sociedade, que é também heteronormativa, mostra a precisão de um trabalho elaborado para esses indivíduos que vai além de aceitar e reconhecer a transgeneridade no cotidiano social. Os Direitos Humanos estão levantando inúmeras pautas sobre esse assunto, visto que essa população se encontra cada vez mais desprotegida e vulnerável (Veroneze, 2022).

Há décadas os manuais de psiquiatria apresentam as vivências trans como algo relacionado a doença mental, sendo definido com uma estranha psicose o indivíduo que nega a realidade do próprio corpo. Sendo assim, a ideia de separação entre corpo e mente aparece como algo cruel onde a preocupação e cuidado com pessoas trans, muitas vezes é confundido com tutela e acabam aparecendo

juntamente com discursos de acolhimento e proteção, levando em consideração a maneira como a transição de gênero é pensada em nossa cultura (Vieira *et al.*, 2019).

O Sistema Único de Saúde (SUS) promove atendimentos para auxiliar pessoas que estão passando por esse processo de transição, valorizando questões relacionadas à saúde mental desses indivíduos. Estando eles em uma situação de extrema vulnerabilidade, vê-se a importância de um suporte profissional especializado para promover suporte efetivo durante esse processo (Cabral; Muñoz, 2021).

O Brasil se concebe como um dos piores países para habitarem as mulheres trans, sendo essas vivências submetidas a exposições, exclusões, violações sistemáticas, em lugar de subalternidade e são consideradas como vidas menos humanas e, portanto, corrigíveis e “assassináveis”. Essas disputas discursivas sobre normativas de gênero, fabricam narrativas distintas e estratégias de poder, legitimando um discurso de ódio contra esse grupo populacional específico e interferindo diretamente na vida desses indivíduos (Cavalcanti; Carvalho; Bicalho, 2018).

Ressaltamos aqui que a pesquisa em questão está sendo guiada e orientada pela Coordenação Geral do Curso de Psicologia da Universidade Paulista (UNIP), sendo este "A Psicologia nas Políticas Públicas de Educação, Saúde e Assistência Social: os desafios e perspectivas para o exercício profissional", a ser considerado um tema comum entre os projetos.

1.1 Mulher trans: uma identidade para além do sexo imposto

O conceito de transgênero se refere à uma compreensão acerca de indivíduos que transcendem os papéis sociais tradicionalmente impostos e designados no nascimento. Esses indivíduos possuem uma incongruência relacionada com essa designação imposta socialmente ao nascer, e se percebem com características sexuais que diferem do seu sexo biológico. Em alguns casos, recorrem à transição somática através de cirurgias para redesignação do genital e tratamentos hormonais (Lev, 2004).

A mulher trans se refere à pessoa que foi designada dentro do gênero masculino ao nascer, por razões relacionadas a questões biológicas, porém durante

o processo de desenvolvimento, teve uma identificação com gênero feminino. Inicia-se então, uma busca para que essa identidade seja reconhecida socialmente e com isso ter o direito de ser reconhecida como mulher (Soll; Costa, 2019). Porém, existem indivíduos que optam por viver de acordo com as normas estabelecidas pela cultura na qual a sociedade considera como normativo, e não procuram tratamentos médicos ou cirúrgicos para atingir esse objetivo, por medo do sofrimento que o preconceito sofrido poderá gerar (Drescher, 2010).

1.2 Saúde mental de mulheres trans no Brasil

Os indivíduos que não se reconhecem dentro do sexo fisiológico, muitas vezes são interpretados, como pessoas que possuem patologias relacionadas a área psíquica, sendo assim, são classificados como pessoas portadoras de doença mental. Esse comportamento humano vem sendo observado desde o século 19, e existem raríssimos registros médicos relacionados a transgêneros anteriores a esse período (Lev, 2004).

O guia de Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, em sua 11ª edição (CID-11), conjuntamente com o Manual Diagnóstico e Estatístico em sua 5ª edição e texto revisado (DSM-5-TR), refletiram sobre uma nova contextualização a respeito de expressões de gênero não binárias, vistas como variações normais e não mais como um transtorno mental, como até então eram consideradas.

A disforia de gênero, mesmo sendo considerados como um fator psicopatológico, acontece muito mais pelo sofrimento que esses indivíduos sentem ao não serem reconhecidos como gostariam perante a cultura socialmente imposta, sendo assim, a doença que é relacionada ao indivíduo, é na verdade uma problemática social (Soll; Costa, 2019).

No contexto brasileiro as pessoas transgêneras são aquelas que relatam grande sofrimento durante seu desenvolvimento, fato que se apresenta pela própria incongruência entre o sexo fisiológico e a formação da identidade de gênero (Soll; Costa, 2019). Ao perceberem que suas características não correspondem com a representação de sua identidade, procuram os serviços de saúde, para tentar amenizar esse sofrimento. Com isso, são classificadas como pessoas com algum

tipo de problemas relacionados à saúde mental, quando na verdade, essa problemática vem do preconceito enraizado na cultura socialmente vista como tradicional (Lev, 2004).

É importante afirmar que transgêneros não devem ser classificados em um padrão patológico dentro de uma visão psicológica, pois essas variações da identidade de gênero são fatos que fazem parte do processo de desenvolvimento de cada indivíduo (Soll; Costa, 2019).

Além de uma definição do termo saúde pela OMS, apresentado por "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades" (OMS, s.d.) compreende-se também que muitos outros determinantes sociais em saúde se manifestam relacionando saúde com fatores sociais, portanto, "a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

1.3 Sobre preconceito

Mulheres trans enfrentam preconceito em diversas esferas da vida, em muitas das vezes praticado pela própria família, instituições de saúde, e a sociedade em geral. É importante ressaltar que além do estigma sobre a identidade de gênero, o machismo também se faz presente, ou seja, o simples fato de ser mulher as tornam mais propensas a sofrerem violência (Silva *et al.*, 2021).

As dificuldades cercam mulheres trans desde muito cedo, o que acarreta consequências por toda a vida. Neste caso, pode-se pensar na evasão escolar, advinda de uma violência no meio acadêmico, o que gera uma dificuldade de inserção no mercado de trabalho por falta de capacitação, diante de tantos estigmas e dificuldades mulheres trans são ligadas diretamente a ramos como, o do sexo e estética. Além disso, o preconceito no mercado de trabalho faz com que mulheres trans não tenham remuneração e reconhecimento adequados (Santos; Oliveira, 2021).

Desafios como o respeito ao nome social também são recorrentes, além do impasse em relação a utilização do banheiro, esses tipos de situações são

acompanhados de preconceito, causando um transtorno a essas pessoas (Santos; Oliveira, 2021).

Estudos apontam o Brasil como o país onde mais se registram assassinatos de transgêneros, além dos homicídios onde essa definição de gênero não ocorre, colocando o Brasil em primeiro lugar em um ranking onde em segundo lugar temos o México com quase quatro vezes menos casos de homicídios de pessoas trans. Esse número é alarmante e a situação se torna ainda mais urgente, quando falta visibilidade e também ações que busquem modificar esse quadro (Gutierres; Lordello, 2020).

1.4 A atuação do SUS no processo de transição

O acesso à saúde é um direito de todos, entretanto é de extrema importância que as políticas públicas sejam visadas de acordo com a totalidade e necessidades do indivíduo. Pensando em mulheres trans, é imprescindível compreender que o papel do SUS vai além do processo de transição e suas burocracias, mas também em uma assistência no antes, durante e após, sejam em questões fisiológicas ou psicológicas. Visando as dificuldades enfrentadas por essa população, a ligação entre profissionais e pacientes pode ser muito delicada, precisa-se pensar não apenas em um preparo para uma avaliação e diagnósticos, mas também em um atendimento acolhedor (Oliveira; Romanini, 2020).

Uma questão a ser atentada é que a predominância da discriminação contida nas próprias unidades de saúde, fazendo com que mulheres trans se sintam constrangidas, afastando-as da procura dos seus direitos. Além disso, pode-se pensar na dificuldade enfrentada no processo de transição ao precisar se provar uma mulher trans para a obtenção dos serviços básicos e adequados. Pensando no acesso e nas dificuldades econômicas vivenciadas, sem uma rede de apoio, é preciso que os pontos de acesso aos serviços públicos especializados sejam de fácil alcance, ademais, se faz importante a garantia de assistência dessas redes em todo o acompanhamento (Rocon *et al.*, 2019).

O trabalho realizado em promoção de saúde deve levar em consideração a vulnerabilidade na qual esses grupos de indivíduos estão sujeitos. Deve-se dar maior importância para questões individuais, sendo essas, valores, atitudes e

relacionamentos, bem como questões sociais, que englobam referências culturais, transgeracionalidade, emprego, suporte social e laser, e enfim, questões programáticas, sendo políticas públicas, governabilidade e acesso aos serviços. Com isso é possível compreender como se dá o adoecimento psíquico desses indivíduos e quais estratégias devem ser trabalhadas para a redução da vulnerabilidade. A dificuldade de acesso a esses serviços, ao qual mulheres trans enfrentam, demonstram o quão limitante é a oferta de promoção de saúde para essa população (Gutierres; Lordello, 2020).

1.5 Hipótese

Mulheres trans são muito afetadas pelo preconceito estrutural vivido em nossa cultura social, diante disso sua saúde mental é prejudicada.

1.6 Objetivos

1.6.1 Objetivo Geral

Compreender as dificuldades que as mulheres trans encontram ao longo do processo de reconhecimento de sua identidade, considerando o preconceito ao qual a sociedade manifesta.

1.6.2 Objetivos específicos

- Constatar o que seria classificado como saúde mental adequada, e boa qualidade de vida para mulheres trans.
- Compreender as diferentes formas de discriminação, além de como acontecem e afetam as mulheres trans no Brasil.
- Compreender a transgeneridade, visando respeitar as vivências de mulheres trans.
- Conhecer as possibilidades oferecidas por políticas públicas para o combate ao preconceito e a garantia da saúde mental de mulheres trans.

1.7 Justificativa

O presente tema ainda é pouco discutido, diante disso, existem diversos estigmas construídos em relação a mulheres trans, sendo necessário um maior aprofundamento sobre o tema, contribuindo não somente com sua relevância social, como reflexões para a comunidade estudantil e informações para a população em geral, mas também com a qualidade de vida das mesmas.

Ainda sobre a disponibilização de informações, a sociedade muitas vezes não compreende os conceitos das siglas utilizadas no universo LGBT, o que dificulta um acolhimento gerando preconceitos. Isso se deve, em parte, ao fato de que apenas a partir dos anos 1990 os movimentos LGBT ganharam força, e somente em 2002, com a aprovação do II Plano Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 2002), ocorreram avanços significativos em favor das populações LGBT, com um foco particular na área da saúde. O plano propôs campanhas educativas destinadas a sensibilizar profissionais da saúde e do direito para os conceitos científicos e éticos relacionados às comunidades LGBT. Sendo assim, a pesquisa trará informações desses conceitos, visando uma melhora nesse processo de acolhimento e entendimento do conceito das siglas LGBT.

Destacamos também, que o desamparo refletido pelo preconceito da sociedade impõe desafios significativos para as mulheres trans desde cedo, incluindo evasão escolar devido à violência no ambiente acadêmico, dificultando sua inserção no mercado de trabalho devido à falta de capacitação, onde muitas acabam se prostituindo para conseguirem sobreviver. Com informações detalhadas sobre esses preconceitos sofridos, é possível minimizar a discriminação, aumentando a conscientização sobre a importância da diversidade, não só no mercado de trabalho, mas em todas as esferas da vida.

2 MÉTODO

Trata-se de uma Pesquisa Qualitativa por meio de um estudo de caso, técnica que possibilita maior compreensão a respeito de um ou poucos objetos, através de uma pesquisa mais profunda e detalhada, capaz de analisar determinado acontecimento, através de uma análise empírica, utilizando várias fontes de evidências (GIL, 2008).

Um estudo de caso em pesquisa qualitativa é uma investigação detalhada de um único caso ou de poucos casos para entender profundamente um fenômeno específico dentro de seu contexto real. Utiliza técnicas como entrevistas e observações para coletar dados ricos e detalhados, focando mais na profundidade do que na generalização. É útil para gerar novas teorias, ilustrar conceitos na prática e explorar fenômenos complexos. O estudo de caso destaca-se na área acadêmica como uma estratégia de pesquisa eficaz, minimizando a separação entre pesquisa empírica e prática clínica. Sua ampla aplicabilidade é útil na psicologia, ajudando a entender o processo de mudança e integrando a atividade clínica com a científica (Serralta; Nunes; Eizirik, 2011).

É fundamental um vínculo entre o entrevistado e o pesquisador para um bom resultado de uma pesquisa qualitativa. Uma boa relação com o indivíduo, permite ao pesquisador se aprofundar nas experiências, já que nesse contexto, o entrevistado falará abertamente sobre questões, que serão fundamentais para o entendimento do pesquisador, e consequentemente fornecerá maior subsídio para o bom resultado da pesquisa (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007).

2.1 Participantes e Local

O número de participantes, foram duas mulheres trans que participaram de entrevistas, além das quatro pesquisadoras responsáveis. O tamanho da amostra se baseia no método proposto para o estudo de caso, além de ser conveniente devido à dificuldade de encontrar indivíduos que tenham disponibilidade para participar da pesquisa.

O local escolhido para a realização das entrevistas foi a plataforma on-line Google Meet, a qual é capaz de contribuir para a execução da coleta de dados, que

foram utilizados na análise, visto que as duas participantes residem em cidades distintas, com isso tornou-se possível associar um horário que seja suficientemente bom para todas as pessoas envolvidas.

As entrevistas aconteceram em janeiro de 2024, e foram realizadas em uma sala de reunião criada na plataforma, através do link https://meet.google.com/noe-udff-wyf, oferecendo privacidade e condições adequadas para que as participantes se sintam em um ambiente seguro. O tempo utilizado para as entrevistas foi de aproximadamente uma hora por participante.

2.1.1 Riscos

É importante ressaltar que o assunto abordado nas entrevistas está relacionado a questões pessoais, podendo gerar gatilhos emocionais, que causariam sofrimento psíquico. Caso isso acontecesse, a participante seria encaminhada ao serviço de atendimento psicológico gratuito na cidade onde reside. Em caso de urgência, o pesquisador responsável se colocou à disposição para o restabelecimento da situação. Porém, a coleta de dados ocorreu sem nenhum incidente.

2.1.3 Benefícios

Os participantes foram colaboradores expressivos para a geração de novos conhecimentos, dado a relevância social ao qual a pesquisa se enquadra, e tornaram-se estímulos para o progresso nessa área de estudo, gerando um impacto positivo em futuras pesquisas que promovem a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

2.1.4 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão determinaram que as participantes deveriam ser mulheres trans, maiores de idade e residentes no Brasil. E o critério de exclusão é o acesso a um apoio psicológico em uma rede particular, visto que o atendimento oferecido pelo SUS é um dos enfoques do projeto.

2.2 Instrumentos

Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que forneceram subsídios para a análise do discurso, realizada através de um estudo de caso. A entrevista semiestruturada permite ao entrevistado dissertar sobre o assunto abordado sem que ele se sinta fixado somente à pergunta formulada (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007).

Sobre a elaboração do questionário, é fundamental usar vocabulário simples e evitar perguntas duplas, mantendo as perguntas curtas e claras. Perguntas com carga emocional devem ser evitadas para evitar vieses, e é aconselhável revisar o questionário com pessoas de diferentes perspectivas (Shaughnessy & Zechmeister, 2012).

O questionário contou com questões para a coleta de dados demográficos, além de questões abertas que abordaram sobre os diferentes preconceitos vivenciados, bem como estes podem afetar a saúde mental, além disso, também foram abordados os desafios para acessar um serviço de saúde especializado. Tais questões estão relacionadas diretamente ao objetivo da pesquisa, sendo facilitadoras da coleta dos dados, garantindo que as respostas obtidas possam ser ricas em conteúdo e adequadas para a análise de discurso. Dessa forma, o questionário pôde ser elaborado de modo a evitar respostas simples do tipo "sim" ou "não".

Nesse sentido, o questionário foi cuidadosamente elaborado, uma vez que sua formulação pode impactar as respostas dos participantes. O questionário completo encontra-se no apêndice.

2.3 Aparatos da Pesquisa

As entrevistas foram executadas através da plataforma online Google meet, utilizando o link: https://meet.google.com/noe-udff-wyf. Para isso, foi criado um endereço de e-mail utilizando como identificação o usuário humana.mente24@gmail.com, a fim de proporcionar uma maior garantia de privacidade dos participantes, além de certificar a impessoalidade das

pesquisadoras, e para uma melhor fidedignidade dos dados, ao qual foi feita com a utilização do recurso de gravação do próprio aplicativo.

A plataforma Google Meet apresenta diversas vantagens para videoconferências e reuniões online. Ela se destaca pela sua facilidade de uso, qualidade de vídeo e áudio, recursos de segurança, flexibilidade na participação, facilidade no compartilhamento de tela e documentos, além de oferecer a conveniência da gravação de reuniões. Além disso, para sessões de até sessenta minutos, a ferramenta é gratuita.

Os vídeos das entrevistas estão armazenados em um dispositivo pessoal e não foram salvos em qualquer tipo de nuvem, considerando questões éticas e sustentado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O armazenamento se dará por cinco anos, sendo descartado após o término desse período.

2.4 Procedimentos para coleta de dados

Inicialmente o Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e após sua aprovação foi iniciado todo o protocolo necessário para ser realizada a coleta de dados. O Parecer Substanciado do CEP, com CAAE nº 75147123.1.0000.5512, se encontra nos anexos.

Em sequência, pôde ser solicitado o consentimento das participantes através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra completo no anexo I, e posteriormente foi aplicado um questionário semiestruturado, apêndice I.

O TCLE é fundamental em caso de pesquisas com seres humanos pois regula e conduz a ética das pesquisas. É de fundamental importância que ele seja compreendido pelos participantes. Nele deve estar contida toda a explicação relacionada a pesquisa, bem como seus riscos e benefícios, além do consentimento do participante através de sua assinatura (Saúde, 2018).

As entrevistas foram realizadas através de uma plataforma online, onde as reuniões efetuadas aconteceram individualmente com cada participante e duas pesquisadoras, tendo como método um questionário semiestruturado. Os encontros foram gravados e posteriormente transcritos, os dados foram analisados e

comparados com as informações de artigos, visando uma análise profunda dos assuntos abordados na pesquisa.

Esse método de entrevista semiestruturada, consiste em apenas algumas perguntas que foram roteirizadas, e após as respostas, a entrevista se torna uma espécie de conversa, para que haja espontaneidade da parte dos indivíduos entrevistados. Com isso, o questionário semiestruturado é um instrumento bastante eficiente para coleta de dados em pesquisas qualitativas, pois permite aos pesquisadores uma maior análise da forma como os participantes sentem e pensam a respeito do fenômeno estudado (José; Gomes; Egberto, 2006).

2.5 Procedimentos para análise de dados

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas que foram gravadas e transcritas, servindo de base para os textos finais.

A entrevista é uma ferramenta que fornece informações importantes na coleta de dados, pois sendo as informações o principal objetivo, são passadas diretamente através do discurso do indivíduo entrevistado, trazendo além da informação, uma amostra da real vivência do sujeito e sua reflexão sobre o assunto tratado. Sendo assim, aproxima o pesquisador da realidade do tema abordado e promove uma maior interação com esse indivíduo (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007).

Após a coleta de dados, foi possível fazer um paralelo entre a análise do discurso e o referencial teórico selecionado para a estrutura.

Na pesquisa qualitativa, pode ser necessário retroceder às fases anteriores quando as informações coletadas não são suficientes, exigindo um retorno ao trabalho de campo. Além disso, se os dados não se encaixarem nas referências teóricas iniciais devido a descobertas no campo, é essencial acrescentar leituras adicionais para uma interpretação completa e precisa (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que oferece abordagens diversas para analisar materiais de pesquisa. Neste estudo, utilizaremos a análise de enunciação, sendo a mais adequada para analisar entrevistas abertas. Essa abordagem considera a comunicação como um processo, não apenas dados estatísticos, examinando condições de produção da palavra, estruturas gramaticais,

organização lógica do discurso e figuras de retórica (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007).

2.6 Ressalvas éticas

Este projeto de pesquisa está amparado pelas Resoluções CNS Nº 466/2012 e CNS Nº 510/16 que refletem sobre a necessidade de atender as singularidades relacionadas às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Pesquisas estas, realizadas com seres humanos, e que se utilizam de uma prática específica onde prevalecem as perspectivas teórico-metodológicas, sendo assim, com naturezas e graus específicos, não há uma intervenção direta no corpo humano (Brasil, 2012, 2016).

Quanto aos princípios a serem seguidos, visando o bem-estar dos participante, destaca-se alguns considerados importantes como: respeitar hábitos e costumes, bem como valores culturais, sociais, morais e religiosos; garantir, de maneira esclarecida, o sentido e as implicações da pesquisa, para haja um consentimento ou assentimento por parte do pesquisado; garantir a proteção da identidade do participante que inclui confidencialidade e privacidade; garantir a não utilização das informações do participante em prejuízo dos mesmos; assegurar eventuais danos materiais e imateriais causados pela pesquisa, conforme o caso e enquanto necessário (Brasil, 2012, 2016).

Outro conjunto de princípios, se refere à preocupação para com o pesquisador de: reconhecer a liberdade científica e acadêmica e a autonomia dos envolvidos no processo de pesquisa; defender os direitos humanos e rejeitar atitudes arbitrárias e autoritárias nas relações do processo de pesquisa; recusar as formas de preconceitos e o incentivo à diversidade e à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados, assim como às diferenças nos processos de pesquisa; não criar, manter ou ampliar situações de risco ou vulnerabilidade para com o indivíduo e coletividades; não acentuar os estigmas, preconceitos ou discriminações; ampliar e consolidar a democracia por meio da produção de conhecimento resultante da pesquisa (Brasil, 2012, 2016).

Quanto aos direitos dos participantes, ressaltamos que o mesmo deve: ser informado sobre a pesquisa; ter a autonomia para desistir a qualquer momento, sem

que isso lhe acarrete nenhum prejuízo; ter sua privacidade respeitada; ter a confidencialidade das informações pessoais garantidas; decidir quanto à divulgação de sua identidade; conforme a lei, ser indenizado caso ocorra algum dano decorrente da pesquisa; despesas decorrentes de sua participação na pesquisa, deve ser ressarcida (Brasil, 2012, 2016).

Vale ressaltar sobre os riscos e benefícios que envolvem esse projeto de pesquisa.

A respeito dos riscos, podemos enfatizar que os participantes da pesquisa se encontram em posições vulneráveis, principalmente pelo tema abordado, que se refere ao preconceito sofrido por parte da sociedade. Sendo assim, o assunto que abordado nas entrevistas está relacionado a questões pessoais de cada participante, que poderia desencadear gatilhos emocionais, que os colocariam em uma situação de grande sofrimento psíquico. Diante disso, caso houvesse necessidade, seria proposto um encaminhamento ao serviço de atendimento psicológico gratuito, ao qual se encontra disponível na cidade onde o participante resida. Além disso, em caso de extrema urgência, o pesquisador responsável, se colocou à disposição para a restauração do controle da situação em questão. Porém, tudo correu sem maiores problemas.

Quanto aos benefícios, tendo essa pesquisa uma relevância social, podemos entender que os participantes se encontraram em posição de colaboradores relevantes contribuindo para a geração de novos conhecimentos e impulsionando o progresso na área de estudo abordada neste trabalho. Isso, por sua vez, pode ter um impacto positivo em pesquisas futuras que buscam promover a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e oportunidades iguais, independentemente de sua identidade de gênero.

3 RESULTADOS

A coleta de dados ocorreu através de entrevistas realizadas com duas voluntárias, que denominamos de Participante 1 - P1 e Participante 2 - P2. Essa denominação se deu pela ordem da realização das entrevistas. A seguir, informações referentes aos dados sociodemográficos das participantes.

Tabela 1: Dados Sociodemográficos

Participante	Idade	Cidade Natal	Onde reside	Escolaridade	Profissão
P1	21 anos	Patrocínio Paulista	Boa Esperança do Sul	Ensino Médio	Agente de Saúde
P2	49 anos	Tabatinga	Agulha	Fundamental Incompleto	Doméstica

Nota-se que as duas mulheres são naturais de cidades localizadas no interior de São Paulo, ambas com menos de 20.000 habitantes. Além disso, as participantes se mudaram para outro município, entretanto, se mantiveram em cidades menores, no interior paulista.

3.1 Compreensão da identidade

É possível observar uma divergência nas respostas, onde a Participante 1, de 21 anos, diz que desde pequena já se reconhecia como mulher, por gostar de coisas que normalmente eram feitas por meninas. Enquanto a Participante 2, de 49 anos, relata uma demora nesse processo, mencionando o fato de se perceber diferente.

Tabela 2: Percepção da identidade

P1	“Olha, sabe, desde pequena, sempre querendo boneca, pegando bonecas das minhas primas, a minha mãe com o tempo, né, ela começou a entender também, então quando eu pedia para ela que eu queria uma roupa dela, eu queria um batom dela, claro, escondida do meu pai, ela me “ponhava” no quarto, fechava a porta e deixava”
P2	“Olha demorou um bom tempo, viu, no início eu não sabia definir o que era, então foi passando o tempo, passando o tempo, aí foi que eu fui me descobrindo, e me achei, sim, diferente de certas pessoas, sabe, que não era a mesma coisa que certas pessoas. Porque tem o travesti, a mulher trans, tem o gay. Então eu fui me definindo diferente dessas pessoas, foi aí que eu fui entendendo, fui conversando com as outras pessoas e fui me descobrindo”

As participantes trouxeram experiências quanto ao processo de compreensão da identidade, ambas de acordo com suas vivências, levando em consideração a fase em que deram início ao processo de transição.

3.2 Emoções vivenciadas durante a compreensão

As participantes trouxeram relatos diferentes quanto ao processo de compreensão e as emoções vivenciadas neste momento.

Tabela 3:Percepção das Emoções no momento da compreensão

P1	“Olha, principalmente acho que de aceitação, eu não me aceitava, eu me olhava no espelho e não era a pessoa que eu queria ver, não era a pessoa que assim, condiz com a minha cabeça, olhava e não era aquele corpo, não era aquelas roupas que eu gostaria de estar usando, a aparência também não me agradava, sabe, foi a partir disso, me olhava no espelho e ficava pensando, “não é isso que eu quero, meu corpo não é assim”, então foi a partir disso”
P2	“Olha as emoções foi que eu pensava totalmente igual a uma mulher mesmo né. Eu me via, eh, no futuro da minha vida, eu me via assim, tendo um companheiro pra mim, me relacionar, pra viver junto, pra morar junto, pra construir uma vida junto, foi assim que eu fui pensando na minha vida”.

Nota-se uma divergência quanto às emoções vivenciadas no processo de compreensão, onde a Participante 1 relata que não se reconhecia no corpo a qual pertencia, enquanto a Participante 2 conta que imaginava seu futuro como uma mulher.

3.3 Apoio familiar

As duas participantes não tiveram apoio de todos os familiares quando disseram que se compreendiam como mulheres trans. Porém, a Participante 1 relata que a mãe sempre a apoiou, deixando ela brincar de boneca e usando suas roupas, mas sempre escondido do pai. No relato das duas participantes, o pai é sempre mencionado como alguém que não oferece apoio.

Tabela 4: Percepção sobre o apoio familiar

P1	“Meu pai ficou cinco, quase seis anos sem falar comigo, tivemos muitas brigas, meu pai já falou coisas horríveis, e até então hoje eu converso com ele, mas perdoar eu não consigo não. Por exemplo, se ele (pai) vier na casa da minha avó, se eu chegava ele ia embora, mas ele dava a volta pelos fundos para não passar na minha frente, então com meu pai foi muito difícil, bem complicado”.
P2	“Ah foi triste, viu, o apoio familiar foi muito triste. Porque a família não aceitava. Eu fui posta pra fora de casa, eu vivi bem dizer na rua, né, porque morava um tempo na casa de um, um tempo na casa de outro, vivia jogada. E até a minha família foi aceitar mesmo, foi depois que praticamente eu arrumei um companheiro, que eu convivo junto com ele hoje”.

As duas participantes, trazem o impacto e as consequências que a falta do apoio familiar trouxe durante e após o processo de transição. No relato da Participante 1, é possível observar que mesmo passado um tempo, o que foi vivenciado ainda afeta seus sentimentos e sua relação com o pai. Já a Participante 2, enfrentou não somente um rompimento de laços, mas também dificuldades econômicas.

3.4 Impacto do preconceito na saúde mental

As Participantes compartilharam suas experiências em relação a depressão, descrevendo como isso afetou seu cotidiano e sua capacidade de enfrentar o preconceito e a discriminação como uma mulher trans.

Tabela 5: Percepção sobre a saúde mental e o preconceito sofrido

P1	“Eu entrei em depressão, foi quando eu entrei no ensino médio, que aí foi mais difícil para eu poder estudar [...] Até então eu cheguei em um ponto, aí menina, de que eu peguei umas três cartelas de hormônio, uma duas cartelas de calmante e tomei, foi aonde eu fui parar no hospital, foi ainda, a única coisa, eu não lembro de nada do que aconteceu [...] eu fiquei internada quase duas semanas”.
P2	“Eh, foi onde que eu fui, precisei ser internada, e eu tava com uma depressão muito ruim, muito brava mesmo, fiquei jogada na cama, não tinha vontade de fazer nada. Aí foi onde eles me acolheram. O médico daqui me acolheu, é, falou para mim: você precisa se tratar, vamos levar você para se tratar e me encaminharam para um hospital psiquiátrico, onde eu fiquei dois meses lá fazendo tratamento”.

A Participante 1 relata um momento sobre as consequências dessas experiências, onde realizou uma tentativa de suicídio, necessitando de cuidados médicos por alguns dias. A Participante 2 também relata momentos muito difíceis, no qual percebeu que estava com sua saúde mental prejudicada, necessitando de uma internação para acompanhamento psicológico diário.

3.5 Auxílio do SUS

Em relação ao apoio psicológico oferecido pelo SUS (Sistema Único de Saúde), é possível observar divergências nos relatos. A Participante 1 conta que ao buscar pelo auxílio, enfrentou o preconceito do próprio profissional que a atendia. Já a Participante 2 relata ter recebido um bom auxílio.

Tabela 6: Percepção sobre auxílio do SUS

P1	“Olha, até tentei, fiz acho que um mês, eu fiz, mas escutei a mesma coisa que eu escutei quando eu fui fazer meu tratamento hormonal, “eu não posso” ou “eu não consigo tratar o seu problema”, falaram dessa forma para mim [...] Eu vou te falar que eu abandonei, depois do que eu escutei isso dessas outras duas pessoas, eu abandonei.”
P2	“Aí, eu procurei ajuda, a médica me ajudou, me encaminhou para o hospital, pelo SUS. Um hospital que me tratou super bem, também, os médicos, os psicólogos, psiquiatras, tudo super muito bem, eles atenderam a gente.”

O preconceito vivenciado pela Participante 1 em uma unidade de saúde por um profissional, fez com que ela evitasse buscar auxílio para seu bem-estar físico e mental. Por outro lado, a Participante 2 relata que foi muito bem acolhida pelos profissionais e não apresenta queixas ou intercorrências.

3.6 Contexto Escolar

Como as participantes passaram pelo processo de transição em momentos diferentes, a Participante 2 não relata obstáculos em sua vida acadêmica, pois iniciou sua transição aos 28 anos, portanto, já havia passado pelo período escolar. Entretanto, pode-se observar um grande impacto na vida da Participante 1 pelo preconceito vivenciado no meio estudantil.

Tabela 7: Percepção no contexto escolar

P1	“Eu queria abandonar a escola, até um tempo, eu fiquei acho que um mês e meio sem ir para a escola, minha amiga trazia o caderno, eu fazia a lição e ela levava, fiquei um mês e meio assim [...] Vamos dizer assim, vamos falar a verdade, foi um inferno estudar no Ensino Médio, para mim.”

Através do relato da Participante 1, é possível observar a dificuldade para a realização e conclusão dos estudos, tais situações eram tão agressivas, que quase a fez desistir de sua formação.

3.7 Violência verbal e física

No que diz respeito à violência verbal e física, as participantes compartilharam relatos impactantes, ações essas que trouxeram consequências em sua saúde mental e vida social.

Tabela 8: Percepção sobre os tipos de violência

P1	“Falavam assim, “você é um viado, cada vez que você sair na rua a gente vai te bater”, então eu também não saia, quando eu saia procurava minha mãe para ir junto, era da casa para escola, no máximo, era da casa para escola”.
P2	“Inclusive, eu fui agredida na rua. Eu não gosto muito de lembrar, sabe, mas, teve sim, foi muito triste”.

A Participante 1 trouxe situações de violência verbal, relatando incontáveis ameaças que recebeu, e como estas impactaram sua vida social. Por outro lado, a Participante 2 enfrentou não só violência verbal, mas também física, o qual deixou marcas tão profundas, que a mesma evita falar sobre o assunto.

3.8 Preconceito da sociedade

As duas participantes trouxeram relatos sobre o preconceito na sociedade.

Tabela 9: Percepção sobre o preconceito social

P1	"Eu entrei em depressão, foi quando eu entrei no ensino médio, que aí foi mais difícil para eu poder estudar, até porque, que nem eu falo, eu não podia usar o banheiro, né, os meninos falavam, "se você entrar no nosso banheiro você vai apanhar", no banheiro das meninas, a diretora colocou inspetora e eu não podia entrar, nem se a inspetora me acompanhasse, eu não podia, e o banheiro dos professores ela trancava e escondia a chave, então assim, muitas vezes, teve ocasião de duas vezes eu fazer xixi na roupa, porque eu não aguentava até chegar em casa"
P2	"Era saber que minha mãe não me aceitava, né, era a coisa mais difícil, porque, outros momentos não, porque de sair assim na rua, eu não tinha medo mais, porque já estava calejada de tanto tomar pancada na vida, né."

Um dos momentos marcantes para a Participante 1 em relação a esse preconceito ocorreu durante o ensino médio, especificamente em relação ao uso do banheiro. Para a Participante 2, a não aceitação da sua mãe quanto a sua identidade foi o mais difícil a ser enfrentado.

3.9 Enfrentamento do Preconceito

As duas mulheres trouxeram questões relacionadas ao enfrentamento do preconceito nos dias atuais. A participante 1 afirma que após um tempo sentiu que houve uma melhora, mas relaciona essa mudança ao seu comportamento. No relato da participante 2, podemos encontrar a mesma afirmação, entretanto, relacionada a outros fatores.

Tabela 10: Percepção sobre o enfrentamento do preconceito

P1	“Hoje é mais, assim, um pouco mais tranquilo, mas porque eu aprendi me impor também, porque que nem eu falo, passar por essas situações na rua, saia chorando e vinha pra casa, né, falei, hoje eu aprendi a me impor também, né, tive que é, me ofendendo não vou deixar barato, eu cansei de sofrer, de escutar tudo que eu escutava, passar pelo o que eu passei e em casa ficar chorando.”
P2	“Porque hoje em dia já não é tanto mais. Há uns tempos atrás, tava totalmente diferente, o pessoal, eu acho que não tinha informações como tem hoje [...] É porque às vezes a pessoa mesmo tendo, porque o que a gente vê, é que o preconceito é o que complica. É que hoje diante dessas leis que protegem, mesmo a pessoa tendo preconceito ela acaba se segurando por conta da lei, né, para não se comprometer perante a justiça”

Diante do relato da Participante 1, podemos observar que para não ser alvo de preconceito, precisou adotar uma postura reativa para que as pessoas pudessem respeitá-la. Entretanto, a Participante 2 traz a importância da conscientização e de políticas públicas, como as leis que amparam essas mulheres, e como essas ações colaboram com a diminuição do preconceito.

4 DISCUSSÃO

A pesquisa proporcionou a identificação de alguns pontos importantes a serem considerados, quando falamos sobre o impacto do preconceito na saúde mental de mulheres trans no Brasil. Sendo assim, de acordo com as situações apresentadas, encontramos algumas significativas que colaboram para esse impacto.

4.1 Compreensão da identidade

Cada indivíduo é um ser único, e sua percepção em relação às situações do mundo, depende de experiências vivenciadas e de como cada um interpreta essas vivências. Ainda assim, existem situações que são culturalmente impostas pela sociedade ao qual o indivíduo está inserido. Em se tratando de nossa cultura, homens e mulheres são identificados, levando em consideração definições naturais e biológicas, e isso é diretamente influenciado pela cultura da sociedade em que vivemos (Jesus, 2012).

As participantes da pesquisa passaram pelo período da compreensão da identidade, de maneiras distintas e tal divergência pode ser entendida pela questão da idade, onde é possível considerar o conteúdo da influência social e a cultura de cada geração. Sendo assim, podemos pensar em quanto esses fatores podem influenciar nas experiências pessoais dessas vivências e contribuir para que essas mulheres tenham, ou não, um bom acolhimento, essencial nesse momento da descoberta da identidade.

Pensando nisso, quando uma pessoa não se identifica dentro dos padrões socialmente impostos para seu sexo biológico, passa por um momento delicado até entender como seria possível nascer homem, mesmo se identificando como mulher (Silva et al., 2021).

Para a Participante 1, que relata se entender como mulher desde pequena, foi bastante difícil passar por determinadas situações, e acabava, em muitos casos, se escondendo para que pessoas próximas a ela, não percebessem sua real identidade. Já a Participante 2, por ter passado por esse processo já na idade adulta, relata que ela mesma não conseguia identificar o que estava acontecendo, pois

sempre que idealizava um futuro, este era planejado de acordo com o gênero de identificação, e não o biológico.

Analisando os relatos, pode ser observado o impacto que a falta de informação adequada sobre o processo de transição, juntamente com o preconceito que culturalmente a nossa sociedade apresenta com essas vivências, acabam por confundir indivíduos que estejam passando por esse momento.

4.2 Emoções vivenciadas durante a compreensão

A compreensão dos papéis sociais convencionalmente atribuídos e determinados desde o nascimento, fazem com que essas pessoas experienciem uma incompatibilidade entre a identidade socialmente imposta ao nascer e sua própria percepção de características que não correspondem ao sexo biológico (Lev, 2004).

Para as participantes, a autodescoberta de se identificarem como mulheres trans foi muito importante, e por mais que a identidade de gênero seja a mesma, os relatos nos mostram que as experiências de transição podem variar de pessoa para pessoa.

Mulher trans refere-se a alguém que foi designado como do sexo masculino ao nascer por questões naturais e biológicas, mas que ao longo do desenvolvimento identificou-se com o gênero feminino. Inicia-se então um processo de busca pelo reconhecimento social dessa identidade, buscando o direito de ser reconhecida como mulher (Soll; Costa, 2019).

Para a Participante 1, as emoções durante esse processo de entendimento e aceitação foram bastante confusas. Relata um certo conflito ao se olhar no espelho naquela época, pois não se reconhecia e não aceitava o que via. O corpo e as roupas que ela se identificava, não eram compatíveis com o que ela via refletido. E foi a partir desse momento, que ela decidiu que precisava passar pela transição. Já o ponto fundamental para a Participante 2, era o fato de que, desde sempre pensava como uma mulher, e então tomou a decisão de passar pela transição, embora tenha feito em outro período da vida, diferente da Participante 1.

Pode-se verificar pelos relatos, que essas mulheres enfrentam uma angústia considerável ao longo de sua compreensão, ao perceberem diferentes

características entre o físico e a identidade percebida, e acabam passando por sofrimentos em muitas esferas de sua vida.

4.3 Apoio familiar

É fundamental destacar que, o machismo também está presente além do estigma associado à identidade de gênero. Assim, o simples fato de serem mulheres as torna mais vulneráveis à violência (Silva et al., 2021). As participantes relatam a alteração no comportamento de familiares e na maneira como eram tratadas antes de assumirem suas identidades trans.

Nos relatos das duas participantes, o pai se coloca como a figura que mais oferece resistência, o que reforça a situação do machismo. A Participante 1 diz que foi visível a mudança de tratamento que tinha do pai enquanto se apresentava para sociedade como menino, e como isso se modificou quando decidiu passar pela transição. Segundo a Participante 1, o pai passou quase seis anos sem falar com ela, além de evitar o contato e as ameaças sofridas por parte dele. Diz que ainda hoje, apesar de estarem se falando o necessário para uma convivência pacífica, não consegue perdoar as atitudes e palavras vindas dele.

Para a Participante 2 foi muito triste não ter o apoio da família durante a transição, e por não a aceitarem, acabou sendo expulsa de casa. Esse fato a fez se sentir humilhada e abandonada, pois dependia da boa ação de terceiros para não ficar sem um lugar para morar. Diz que tudo isso a deixa triste, principalmente porque os pais já não são mais vivos, e ela gostaria de ter a oportunidade de se entender com eles.

As mulheres trans encontram hostilidade em várias áreas de suas vidas, frequentemente vinda de suas próprias famílias (Silva et al., 2021). O apoio familiar tem um papel fundamental na vida de uma pessoa, especialmente durante fases decisivas, como a de compreensão da identidade como mulheres trans, o não recebimento desse suporte, pode gerar algumas consequências, afetando sua saúde mental, bem-estar emocional e qualidade de vida.

4.4 Impacto do preconceito na saúde mental

Pessoas que não se identificam com o sexo biológico frequentemente são erroneamente rotuladas como portadoras de distúrbios psicológicos. Esse padrão de interpretação remonta ao século XIX, e registros médicos relacionados a transgêneros antes desse período são extremamente escassos (Lev, 2004).

Por décadas, os manuais de psiquiatria têm retratado as experiências trans como associadas a doenças mentais, classificando como uma estranha psicose aqueles que negam a realidade de seus corpos. Isso resulta em uma ideia cruel de separação entre corpo e mente, onde os cuidados e preocupações com pessoas trans muitas vezes são interpretados como tutela. Esses aspectos surgem junto com discursos de acolhimento e proteção, influenciados pela maneira como a transição de gênero é compreendida em nossa cultura (Vieira et al., 2019).

A comunidade trans enfrenta uma discriminação contínua, uma forma de violência que não só os impacta em várias áreas, como família e trabalho, mas também indiscutivelmente prejudica sua saúde mental (Ferreira et al., 2022).

As participantes relataram situações que confirmam o quanto o preconceito impactou sua saúde mental no momento de assumir sua identidade quanto ao gênero.

A Participante 1 relata uma depressão que lhe causava um sofrimento muito intenso. Descreve um momento particularmente difícil, onde diante de profundo sofrimento, realizou uma tentativa de suicídio. Fato esse, que acabou gerando um sofrimento ainda maior, pois teve que ficar sob cuidados médicos por duas semanas.

A depressão também fez parte da vida da Participante 2. Narra que inclusive precisou ser internada, pois passou dias sem conseguir sair da cama. Segundo ela, o acolhimento de um amigo, que era profissional da saúde, foi fundamental nesse momento, e acabou permanecendo em tratamento no hospital psiquiátrico por dois meses.

É evidente como a discriminação e o preconceito, tanto no âmbito familiar quanto na sociedade em que a pessoa está inserida, tem um impacto significativo na saúde mental das mulheres trans. Essa discriminação e preconceito, geram um ambiente hostil, que pode contribuir para o desenvolvimento de problemas psicológicos, como a depressão, ansiedade, entre outros.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2023), a disforia de gênero é caracterizada como um termo descritivo geral, refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experienciado ou expressado e o gênero designado de uma pessoa. Entretanto é mais especificamente definida quando utilizada como uma categoria diagnóstica. Não se refere ao sofrimento relacionado ao estigma, mas a uma fonte distinta de sofrimento, que possivelmente ocorre de forma concomitante.

Embora frequentemente vista como um problema psicopatológico, a disforia de gênero é principalmente causada pelo intenso sofrimento que os indivíduos experimentam quando não são reconhecidos conforme desejariam dentro da cultura estabelecida. Assim, a condição que parece ser uma doença individual é, na verdade, um problema social mais amplo (Soll; Costa, 2019).

4.5 Auxílio do SUS

Indivíduos transgêneros são aqueles que vivenciam considerável angústia ao longo de seu desenvolvimento, decorrente da dissonância entre seu sexo biológico e a construção de sua identidade de gênero (Soll; Costa, 2019).

Quando percebem que suas características não se alinham com a representação de sua identidade, buscam cuidados de saúde na tentativa de aliviar esse sofrimento. Infelizmente, são frequentemente rotuladas como tendo problemas de saúde mental, quando, na verdade, essa questão é originada do preconceito enraizado em uma cultura considerada tradicional pela sociedade (Lev, 2004).

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece serviços para apoiar indivíduos em processo de transição, priorizando aspectos ligados à saúde mental. Considerando sua extrema vulnerabilidade, é evidente a importância de um suporte profissional especializado para fornecer assistência eficaz durante essa fase (Cabral; Muñoz, 2021). É válido ressaltar, que, em alguns casos, como o da Participante 1, o apoio só é oferecido quando optado pelo processo de redesignação sexual ou terapia hormonal.

As participantes relataram experiências distintas nesse contexto, sendo a Participante 1 a mais impactada pelo despreparo dos profissionais que deveriam ter realizado o acolhimento correto nesse momento de extrema vulnerabilidade.

Ao procurar o auxílio, a Participante 1 relata que sofreu preconceito pelo próprio profissional, que alegou não ser capacitado para o caso, pois via a questão da identidade de gênero da participante como um problema psicopatológico. Diz que chegou a abandonar o local, e se sentir desamparada. Ainda hoje, reluta por procurar ajuda, e diz que somente tem suporte para o tratamento hormonal, sem apoio psicológico para enfrentar as consequências do preconceito em sua saúde mental.

Para a Participante 2, esse auxílio veio de maneira coerente, pois obteve todo o suporte necessário, quando solicitado. Relata que os atendimentos foram eficientes e que os profissionais foram muito atenciosos e cuidadosos com ela.

É crucial ressaltar que os transgêneros não devem ser categorizados sob uma lente patológica na perspectiva psicológica, pois as diversas manifestações da identidade de gênero são aspectos intrínsecos ao processo de desenvolvimento de cada indivíduo (Soll; Costa, 2019).

Portanto, nota-se que apesar da oferta de apoio psicológico, ainda há uma clara demanda por reformas no sistema, com o objetivo de garantir profissionais mais éticos e preparados para o acolhimento dessas mulheres.

4.6 Contexto Escolar

Desde muito cedo, as mulheres trans enfrentam desafios que reverberam ao longo de suas vidas, resultando em consequências duradouras. Um exemplo disso é a evasão escolar, muitas vezes decorrente da violência no ambiente acadêmico, o que cria obstáculos para sua inserção no mercado de trabalho devido à falta de qualificação (Santos; Oliveira, 2021).

A partir de sua criação, a escola assumiu o papel social de disciplinar e ajustar os corpos de acordo com as normas vigentes de cada sociedade. O sistema educacional brasileiro, baseado nesses princípios de padronização, passou por uma mudança a partir do final das décadas de 1970 e 1980, quando o movimento feminista começou a exigir novas perspectivas sobre as hierarquias de gênero e sexualidade, trazendo essas discussões também para os espaços escolares (Franco; Cecillini, 2016).

Diante disso, considerando os fundamentos constitucionais brasileiros voltados à dignidade da pessoa humana, as ações de governo propostas pelo estado

brasileiro necessitam encontrar uma forma de prevenir e combater tal discriminação. Sendo o feminino visto como inferior dentro desse espectro, mulheres trans e travestis são constantemente vítimas de violência e exclusão. As violências física e psicológica, baseadas no reforço dos papéis de gênero, promovidas pela própria Escola, levando em consideração a vivência em uma sociedade patriarcal e machista, são fortes influenciadores dentro desse processo. Mulheres trans tendem a sofrer uma rejeição coletiva imposta, sendo marginalizadas e tendo prejudicados seus direitos básicos, como o acesso à educação, sendo o número de evasão escolar entre mulheres trans e travestis significativo (Amorim; Rocha; Diniz, 2017).

Pelo fato de passarem pelo processo de transição em períodos distintos, a Participante 2 não teve experiências dentro do contexto escolar, pois sua transição se iniciou quando já havia passado por esse período.

Porém, a Participante 1 relata profundo sofrimento dentro desse contexto, sendo para ela, o momento mais difícil de toda sua transição. Relata que sofreu várias formas de preconceito nesse período, tanto de colegas quanto de funcionários da instituição. Diz que por inúmeras vezes pensou em abandonar a escola. Um fator muito mencionado por ela foi sobre a questão da utilização do banheiro, onde era proibida pelos meninos de utilizar o banheiro masculino, e proibida pela diretora da escola de utilizar o banheiro feminino, mencionando que por diversas vezes acabou urinando na roupa, por não conseguir segurar.

Num movimento hegemônico de silenciamento das diferenças, o banheiro pode ser interpretado como uma ferramenta de controle que regula a sexualidade e, consequentemente, gera sujeitos dissidentes e discordantes das normas. Sobre essa temática do uso de banheiros por mulheres trans, travestis e transexuais, são vistos como atravessadores de territórios, por isso, não se encaixam na escola, considerando os cruzamentos entre o universo trans e o uso do banheiro no contexto escolar, onde o banheiro é visto como um local de violência e exposição. A escola é vista como a detentora dos sujeitos, dos corpos, das identidades e de seus espaços, incluindo o banheiro (Alves; Moreira, 2015).

Reivindicar o direito à diferença não é o mesmo que reivindicar direitos iguais para todos, afinal, o direito à diferença requer uma especificidade sem desvalorização, uma alternativa sem culpabilização. A polêmica em torno da criação de um terceiro banheiro acaba por reforçar um sistema classificatório e normativo da sexualidade, de modo que uma terceira expressão seria adicionada às duas

expressões permitidas, sem, no entanto, alterar a própria lógica classificatória. Embora seja considerada uma ampliação do espectro de gênero, por outro lado, produziria outras formas de exclusão com base na sexualidade. Assim sendo, um terceiro banheiro promoveria uma forma de universalismo trans, na qual todas as variantes de travestilidades e transexualidades seriam diluídas e padronizadas (Alves; Moreira, 2015).

Dessa forma, é possível observar a importância da conscientização e preparo nas instituições de ensino, para que possam além de acolher essas mulheres, também possuir um plano de ensino que trabalhe com os demais alunos a questão da inclusão social, evitando assim a evasão escolar.

4.7 Violência verbal e física

O Brasil lidera o ranking mundial em termos de assassinatos de pessoas transgênero, além de homicídios onde a identidade de gênero não é especificada, porém poderia se encaixar perfeitamente. Comparativamente, o Brasil supera o México, que ocupa o segundo lugar com quase um quarto do número de casos de homicídios de pessoas trans. Este dado é preocupante e destaca a urgência da situação, especialmente quando há falta de visibilidade, suporte primário, vindo da própria família e ações efetivas para modificar essa realidade (Gutierres; Lordello, 2020).

A cobertura oferecida pelos serviços especializados não tem sido capaz de acompanhar o aumento da demanda, o que ressalta a necessidade de capacitar toda a rede de serviços de saúde para atender adequadamente as vítimas LGBTQI+. O aumento nos registros de violência coincide com os resultados de pesquisas sobre mortalidade violenta entre a comunidade LGBTQI+, que são realizadas por meio de busca ativa e não se baseiam em dados oficiais. Um levantamento nacional conduzido pelo Grupo Gay da Bahia mostrou um aumento de 8% nas mortes violentas de LGBTQI+ entre 2020 e 2021, com 276 casos em 2020 e 300 em 2021. Por outro lado, um levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais mostrou uma redução de 20% nos assassinatos de pessoas trans e travestis no mesmo período, com 175 mortes em 2020 e 140 em 2021 (IPEA, 2021).

As duas participantes relatam situações bastante impactantes sobre os diversos tipos de violência, e alegam que essas situações acarretaram

consequências negativas que afetam sua saúde mental e interferem em sua vida social.

A Participante 1 diz que sofreu muitos tipos de violências verbais, sendo que a que mais impactava seu emocional, eram as ameaças que sofria, onde muitas vezes era proibida de andar na rua, e acabava não saindo de casa por medo de apanhar.

Já a Participante 2, relata que as violências verbais sofridas foram muito difíceis, porém a violência física impactou tanto sua saúde mental, que por um momento preferiu não falar mais sobre o assunto. Relata que foi agredida na rua, e evita lembrar desse momento, por lhe causar profundo sofrimento.

Socialmente, a condição da mulher nunca foi favorável, mas a situação é ainda mais crítica no caso da população homossexual e transgênero, devido ao padrão de comportamento que sempre excluiu qualquer indivíduo que não se enquadre nas normas estabelecidas pelos sistemas binários, criando uma parcela da população historicamente hostilizada e esquecida. A população transgênero é extremamente excluída e hostilizada devido à ideia de "instinto sexual". O estereótipo do que seria "normal" é que o indivíduo reproduza os comportamentos socialmente estabelecidos para seu sexo biológico; portanto, essa parcela da população era considerada doente. A violência contra os transexuais é contínua, além de serem considerados portadores de doença mental, passam a ser percebidos como promíscuos. A transfobia, uma construção histórica enraizada em diversas culturas, ainda é uma realidade que violenta e mata milhares de pessoas por ano no mundo, apesar dos avanços no combate ao preconceito, favorecendo assim a discriminação (Tanure, 2023).

Os relatos das participantes ressaltam a necessidade imediata de combater todas as formas de violência e reforçar a urgência de promover ambientes mais seguros e acolhedores. Além da conscientização, se faz necessário políticas mais rígidas quanto aos atos transfóbicos.

4.8 Preconceito da sociedade

Diante de estigmas e discriminações, essas mulheres frequentemente são relegadas a setores como o da indústria do sexo e estética. Outros desafios incluem a falta de respeito ao nome social e dilemas relacionados ao uso de banheiros,

situações que frequentemente são acompanhadas de preconceito, gerando angústia para esses indivíduos (Santos; Oliveira, 2021).

Através do relato da Participante 1, onde relata profundo sofrimento durante o período escolar, pois teve muita dificuldade com a questão da utilização do banheiro, onde era proibida de utilizar os dois banheiros, masculino e feminino, torna-se evidente o preconceito enraizado na sociedade de forma abrangente. Além disso, é perceptível que os próprios funcionários da escola não estavam preparados para promover a inclusão social das pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

É importante destacar que a legislação brasileira assegura o direito das pessoas trans de utilizarem o banheiro de acordo com sua identidade de gênero, conforme estabelecido pelo Art. 6º da RESOLUÇÃO N° 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2015 “Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”. Sendo assim, essa Resolução estabelece parâmetros para a garantia do acesso e da permanência de pessoas travestis e transexuais nas instituições de ensino do país, entre elas a utilização do nome social, das dependências sanitárias e de uniformes, com respeito à identidade de gênero de cada indivíduo (Rio de Janeiro, 2015).

Sendo assim, o relato da Participante 1 destaca a não garantia proposta pela resolução citada, por parte da instituição de ensino, reforçando a necessidade de uma fiscalização dos órgãos responsáveis com finalidade de um efetivo cumprimento das leis no Brasil, que aparentemente não se faz.

O relato da Participante 2, que dizia se sentir calejada de tanto apanhar, que já nem ligava mais e não tinha mais medo de sair de casa, porém o que lhe deixava ainda muito deprimida era o fato de a própria mãe não aceitar sua identidade, mostra a ideia de que é preciso informação a respeito desse processo, para que essas pessoas tenham suporte primário vindo da família.

Nos dois relatos, tanto sobre a instituição familiar, quanto sobre instituições que fazem parte do desenvolvimento da vida dessas mulheres, destaca a necessidade urgente de conscientização sobre os direitos das pessoas trans no ambiente de trabalho e da adoção de medidas eficazes para combater o preconceito e a discriminação, garantindo igualdade e oportunidades para todos.

O Brasil é reconhecido como um dos piores países para as mulheres trans viverem, sujeitas a exposições, exclusões e violações sistemáticas, sendo relegadas a uma posição de subalternidade e consideradas como vidas menos dignas e, portanto, passíveis de correção e até mesmo de assassinato. As contendas discursivas sobre normas de gênero geram narrativas diversas e estratégias de poder, legitimando um discurso de ódio contra esse grupo específico e tendo um impacto direto na vida desses indivíduos (Cavalcanti; Carvalho; Bicalho, 2018).

Anualmente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lança o Atlas da Violência, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), atualizando os dados sobre violência no Brasil. Assim como nos anos anteriores, o objetivo é retratar a violência no país, especialmente com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. Esses dados incluem informações sobre homicídios analisadas sob diversas perspectivas, como gênero, raça e faixa etária.

No Brasil, as limitações na coleta de dados representam o principal obstáculo técnico para a implementação de políticas públicas voltadas para essa população. As mudanças institucionais nesse processo são bastante lentas e desiguais, tanto no setor de Segurança Pública, como evidenciado nas edições anteriores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, quanto na área da Saúde, abordada no Atlas da Violência. A escassez de dados sobre a população LGBTQI+ sugere uma subnotificação e sub qualificação desse fenômeno (IPEA, 2021).

4.9 Enfrentamento do Preconceito

O preconceito pode ser entendido como um tipo de julgamento prévio sobre algo ou alguém, baseado em uma opinião formada sem fundamentação sólida. É uma visão elaborada sem reflexão adequada ou análise crítica, uma forma de expressar repúdio por meio da discriminação, fundamentada apenas em crenças ou superstições (Buarque, 2010).

Esse preconceito exerce um impacto direto na saúde mental das mulheres trans, resultando em sintomas depressivos, ideação suicida e até tentativas de suicídio. Isso ocorre devido à falta de apoio social causado pelo preconceito e à falta

de compreensão sobre a individualidade de cada pessoa. Estando essas mulheres em uma posição vulnerável, é responsabilidade da sociedade oferecer apoio e ajudar a combater esse preconceito imposto de maneira negativa (Chinazzo, 2021).

Para a Participante 1, houve uma melhora em relação ao preconceito vivenciado hoje, mas ela mesma relaciona essa melhora com a alteração de sua postura diante de acontecimentos assim. Adotou uma postura mais firme e reativa diante das situações de preconceito e alega que aprendeu a se impor quando essas situações se apresentavam, e que não mais chorava e recuava diante delas, enfrentando de acordo com que as situações apareciam. Isso fez com que ela se sentisse mais segura e passasse por momentos difíceis sem tanto sofrimento.

Já a Participante 2, diz que sente diferença na maneira como é tratada, e imputa essa mudança na informação que hoje tem sobre questões relacionadas a sua vivência. Percebe o preconceito, mas acredita que as leis de proteção acabam enfraquecendo alguns comportamentos da sociedade.

De acordo com os relatos, nota-se que é de fundamental importância a conscientização da sociedade e a implantação de políticas públicas que continuem amparando essas mulheres. Infelizmente, somente algumas dessas ações acabam colaborando para a diminuição do preconceito, algo triste, pois viver de acordo com a própria identidade, deveria ser um direito de todos os cidadãos brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi publicado em formato de artigo na revista Psicologia e Saúde em Debate, v.10 n. 2 (2024) e pode ser encontrado nos anexos ou pelo DOI: https://doi.org/10.22289/2446-922X.V10A2A27.

Durante as entrevistas realizadas, ficamos sensibilizadas pelos relatos que foram compartilhados. Mesmo com uma pesquisa meticulosa sobre o tema, nos deparamos com uma dimensão de sofrimentos e de experiências vivenciadas por essas mulheres trans que não tínhamos conhecimento.

Através dos resultados apresentados, observa-se uma urgência em promover estudos adicionais que fortaleçam as descobertas desta pesquisa, considerando a hipótese da mesma como plausível. A falta de informação a respeito de tais vivências, contribuem para o aumento do preconceito que impactam profundamente a saúde mental dessas mulheres. Além do fato, de que políticas públicas mais eficientes poderiam proporcionar um maior amparo nas questões vivenciadas.

A pesquisa atinge seu objetivo geral, retratando resultados que compactuam para a compreensão das dificuldades que as mulheres trans enfrentam durante o processo de reconhecimento de sua identidade, e que o preconceito manifestado pela sociedade deve ser considerado como fator importante.

Fica evidente também a omissão de uma boa qualidade de vida para essas mulheres, principalmente no que se refere à saúde mental, onde ocorrem situações que impactam essas mulheres e causam sofrimento ao longo de toda a sua vida.

Podemos observar diversas formas de discriminação vivenciadas por mulheres trans no Brasil e como isso influencia e impacta suas vidas. Vendo a carência de respeito por parte da sociedade com essas vivências trans, sendo necessário uma maior compreensão sobre a transgeneridade.

Com isso, nota-se que existem possibilidades de oferecer políticas públicas eficientes que combatam esse preconceito e possam garantir que as mulheres trans tenham perspectivas de possuir uma saúde mental adequada através da disponibilização de acompanhamentos psicológicos.

E ainda, a disseminação de informações e conhecimento é fundamental para a promoção de um ambiente de respeito e inclusão. Identificamos a importância de promover diálogos construtivos e educativos que valorizem a diversidade e a

dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou qualquer outra característica.

Por fim, é imprescindível que outras pesquisas sejam realizadas dentro dessa temática. Por ser um assunto ainda pouco estudado, torna-se pertinente um aprofundamento do tema sobre os diversos estigmas relacionados às mulheres trans no Brasil, que mostre o desamparo direcionado a elas, com a proposta de aumentar a conscientização ao respeito com a diversidade e minimizar a discriminação.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V.P.; VIEIRA, C.A.L.; ALVES, S.V. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. Ciência & saúde coletiva, v. 27, n. 1, pág. 351–361, jan. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Q3q7tgFtypyLXf9c9tRHMNr/?lang=pt&format=pdf

ALMEIDA, C. B. DE; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? Revista Direito GV, v. 14, n. 2, p. 303–333, ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63Gbz4CfSRQC/?lang=pt

ALVES, C. E. R; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro:(trans) subjetividades em escolas brasileiras. Quaderns de Psicologia, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015. Disponível em: https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-alves-moreira

AMORIM, A. C. P. S.; ROCHA, T. S.; DINIZ, D. M. F. A. Evasão escolar de mulheres trans e travestis: uma análise acerca da (in) existência de políticas públicas educacionais. In: VI Congresso Nacional de Educação. https://editorarealize. com. br/artigo/visualizar/60450 (acessado em 04/Set/2022).» https://editorarealize. com. br/artigo/visualizar/60450. 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID9333_15082019094634.pdf

BUARQUE, A. Dicionário Aurélio da língua portuguesa. [s.l: s.n.]. 2010.

BRASIL. Programa nacional de direitos humanos. [s.l: s.n.]. 2002.

CABRAL, C. C.; MUÑOZ, N. M. Uma transição compartilhada: sobre o acolhimento em saúde mental em um ambulatório do processo transexualizador do SUS. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 24, n. 2, p. 259–280, jun. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlpf/a/pYQPXxKDSDzkLvDSmGYnfNt/?format=pdf &lang=pt

CAVALCANTI, C.; CARVALHO, M. W. V.; BICALHO, P. P. G. A Estranha Liberdade de Odiar: uma análise do processo de Ação Civil Pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia. Revista Periódicus, Salvador, n.10, v. 1, p. 231-249, dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27943/17153

CHINAZZO, I. R. et al. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2021, v. 26, suppl 3 [Acessado 2 maios 2023], pp. 5045-5056. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019

DRESCHER, J. Transsexualism, Gender Identity Disorder and the DSM. Journal of Gay & Lesbian Mental Health, v. 14, n. 2, p. 109–122, 31 mar. 2010.

DSM-5 TR CLASSIFICATION. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. S.L.: Amer Psychiatric, 2022.

FERREIRA, G.M. et al. A prevalência de quadros depressivos e ansiosos na população LGBTQIA +: um estudo comparativo. Research, Society and Development, v. 11, n. 15, p. e345111537056, 19 nov. 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37056

FERREIRA, B. DE O.; NASCIMENTO, M. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 10, p. 3825–3834, out. 2022.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS NA ESCOLA: um estado da arte. Cadernos de Pesquisa, v. 23, n. 2, p. 122–137, 1 Set 2016 Tradução. Disponível em:https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349

GIL, A. C. Métodos E Técnicas De Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GUTIERRES, S. M.; LORDELLO, S. R. Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. Revista Psicologia Política, v. 20, n. 47, p. 165–177, 1 abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100013

ICD-11 MMS. INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF DISEASES - Mortality and Morbidity Statistics, 2018.
IPEA - Atlas da Violência v.2.7 - Atlas da Violência 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.

JESUS, J. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Publicação online Brasília, 2012 Disponível em http://www.diversidadesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf

JOSÉ, B. et al. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativo: Uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. Revista Latino-americana De Enfermagem, v. 14, n. 5, p. 812–820, 1 out. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/KhvFsGT6xf5yxKXTqQ5PkRN/?format=pdf&lang=pt

LEV, A. I. Transgender emergence. Binghamton, NY: HaworthPress. 2004.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS DSM-5-TR. Associação Americana de Psiquiatria; tradução: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: José Alexandre de Souza Crippa, Flávia de Lima Osório, José Diogo Ribeiro de Souza. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa Social;Teoria, Método e Criatividade. 26ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasília- DF, 2010 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2010.pdf
OLIVEIRA, I. DE; ROMANINI, M. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. Saúde e Sociedade, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2020.v29n1/e170961/pt

OMS. Organização Mundial da Saúde, [s.d.] Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-da-saude>.

RESOLUÇÃO N° 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2015: Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais. Rio de Janeiro, 2015.

RESOLUÇÃO nº 466 de 12 de dezembro de 2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): MS; 2012. Brasil.

RESOLUÇÃO nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio de 2016.

ROCON, P. C. et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. Interface, v. 23, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/KfsPfJt3kBvPky8CVcSy5wL/?format=pdf&lang=pt

SANTOS, K. M. DE O.; OLIVEIRA-SILVA, L. C. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. Cadernos Pagu, n. 62, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/yxChpWPJynxSSZbZvP47nFH/?format=pdf&lang=pt

SAÚDE, C. Análise dos termos de consentimento em pesquisas submetidos a um comitê de ética em pesquisa v. 29, n. 1, p. 45–51, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/analise_termos_consentimento.pdf

SERRALTA, F. B.; NUNES, M. L. T.; EIZIRIK, C. L. Considerações metodológicas sobre o estudo de caso na pesquisa em psicoterapia. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 28, n. 4, p. 501–510, dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/8TwbZFMmG4dMWjWccN3RM3d/?format=pdf&lang=pt#:~:text=O%20estudo%20de%20caso%20%C3%A9%20uma%20estrat%C3%A9gia%20de%20pesquisa%20com,83)

SHAUGHNESSY, J.; ZECHMEISTER, E; ZECHMEISTER, J. Metodologia de Pesquisa em Psicologia. 9ª edição. Nova Iorque, NY, EUA: McGraw-Hill, 2012.

SILVA, I. C. B. DA et al. Gender violence perpetrated against trans women. Revista brasileira de enfermagem, v. 75Suppl 2, n. Suppl 2, p. e20210173, 2022. Disponível

em:
https://www.scielo.br/j/reben/a/RnNr3PFBcwc9YhTx9VF8bLn/?format=pdf&lang=pt

SILVA, R. R. DA et al. Estresse de minoria de gênero e seus efeitos na saúde mental como fator de risco para depressão em pessoas transgênero: Revisão da literatura. Research, Society and Development, v. 10, n. 3, p. e51610313693, 24 mar. 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13693

SOLL, B. M. B.; COSTA, A. C. Avaliação Psicológica da Disforia de gênero e Candidatos à cirurgia de afirmação de Gênero. Biblioteca A Viewer, edição online, 17 out. 2019 Disponível em:
https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788582715581/capitul…disforia-de-genero-e-candidatos-a-cirurgia-de-afirmacao-de-genero

TANURE, A. de C. C. Sistema binário e violência contra a população transgênero encarcerada. Anatomia do Crime, v. 18, n. Jul-Dec, p. 11-43, 2023.

VERONEZE, R. T. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. Revista Katálysis, v. 25, p. 316–325, 6 maio de 2022. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/rk/a/sbRXwBD8bHm9Q8cRrwZ4xBc/?lang=pt

VIEIRA, E. DA S. et al. Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, n. spe3, 2019. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/pcp/a/KXnrmcZpnk9p7v9XqBPGqYn/?lang=pt

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Questionário Semiestruturado

Dados Demográficos

Nome

Idade

Cidade

Nível de escolaridade

Profissão

Dados para análise

1. Como você conseguiu compreender sua identidade como mulher trans?
2. Quais as emoções e experiências que levaram a essa compreensão?
3. Como foi sua experiência em relação ao apoio da família durante esse período?
4. Você pode compartilhar algumas situações específicas que destacaram esse apoio?
5. Como algumas situações em que tenha enfrentado algum tipo preconceito ou discriminação por causa de sua identidade afetaram sua saúde mental?
6. De que maneira ocorreram essas situações desconfortáveis relacionadas a esse preconceito?
7. Em que momento você teve ajuda psicológica?
8. Como é o serviço especializado em auxílio a identidades trans em sua cidade?
9. Quais desafios você enfrentou ao buscar serviços de saúde relacionados à sua identidade de gênero?
10. Qual foi o momento mais difícil durante o processo de transição?
11. Em relação a sua saúde mental, qual sua percepção para o momento?
12. O que você diria às pessoas que passaram ou estão passando pela mesma situação?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Campus Indianópolis
Comitê de Ética em Pesquisa - UNIP

Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino
CEP: 04026-002 – Fone: (11) 5586-4090
e-mail: cep@unip.br
Horário de funcionamento: das 08:00 às 19:00

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro Participante:

Gostaríamos de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa intitulada "O Impacto do preconceito na saúde mental de mulheres trans no Brasil" que se refere a um projeto de pesquisa do(s) participante(s) Camila Antonia Salviano, Dânica Fernanda Sandretti da Silva, Débora Cristina Abonizio Lisboa e Natalia Cristina de Alcântara Alonso que pertence(m) ao Curso de Graduação em Psicologia da UNIP - Universidade Paulista campus Araraquara.

O(s) objetivo(s) deste estudo seria compreender as dificuldades que as mulheres trans encontram ao longo do processo de reconhecimento de sua identidade, considerando o preconceito ao qual a sociedade manifesta. Os resultados auxiliarão um maior aprofundamento sobre o tema, contribuindo não somente com sua relevância social, mas também com melhoria na qualidade de vida de quem é diretamente afetado.

Sua forma de participação consiste em colaborar com a coleta de dados através de uma entrevista semiestruturada, que será realizada online e gravada para que posteriormente seja feita uma transcrição fidedigna dos dados. O teor das perguntas consiste em experiências vividas ao longo do processo de identificação de gênero.

Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Não será cobrado nada e não haverá gastos decorrentes de sua participação. Se houver algum dano decorrente da pesquisa, o participante será indenizado nos termos da Lei.

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Campus Indianópolis
Comitê de Ética em Pesquisa - UNIP

Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino
CEP: 04026-002 – Fone: (11) 5586-4090
e-mail: cep@unip.br
Horário de funcionamento: das 08:00 às 19:00

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como baixo e esse risco pode ser que os participantes da pesquisa se encontram em posições vulneráveis, principalmente pelo tema abordado, que se refere ao preconceito sofrido por parte da sociedade. Sendo assim, o assunto que será abordado nas futuras entrevistas está relacionado a questões pessoais de cada participante, podendo desencadear gatilhos emocionais, que os colocariam em uma situação de grande sofrimento psíquico. Diante disso, caso haja necessidade, será proposto um encaminhamento ao serviço de atendimento psicológico gratuito, ao qual se encontra disponível na cidade onde o participante resida. Além disso, em caso de extrema urgência, o pesquisador responsável, se coloca à disposição para a restauração do controle da situação em questão.

São esperados os seguintes benefícios para você, decorrente da sua participação nesta pesquisa: tendo essa pesquisa uma relevância social, podemos entender que os participantes se encontrarão em posição de colaboradores relevantes ao contribuir para a geração de novos conhecimentos e impulsionar o progresso na área de estudo abordada neste trabalho. Isso, por sua vez, terá um impacto positivo em pesquisas futuras que buscam promover a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e oportunidades iguais, independentemente de sua identidade de gênero. Caso tenha interesse você pode pedir o envio por e-mail do resultado da sua participação.

Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo ao seu cuidado. Caso queira retirar o seu consentimento entre em contato com os pesquisadores responsáveis Camila Antonia Salviano, Dânica Fernanda Sandretti da Silva, Débora Cristina Abonizio Lisboa e Natalia Cristina de Alcântara Alonso pelo e-mail humana.mente24@gmail.com com cópia para o CEP-UNIP pelo e-mail cep@unip.br. Os seus dados serão retirados caso seja possível identificá-los no banco de dados.

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Campus Indianópolis
Comitê de Ética em Pesquisa - UNIP

Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino
CEP: 04026-002 – Fone: (11) 5586-4090
e-mail: cep@unip.br
Horário de funcionamento: das 08:00 às 19:00

Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pelo pesquisador principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com o pesquisador principal. Luiz Roberto Marquezi Ferro, luiz.ferro@docente.unip.br, Universidade Paulista- SP, Av. Alberto Benassi, nº 200, Parque das Laranjeiras, (16) 3336-1800.

Eu _____
(nome do participante e número de documento de identidade) confirmo que Camila Antonia Salviano, Dânica Fernanda Sandretti da Silva, Débora Cristina Abonizio Lisboa e Natalia Cristina de Alcântara Alonso explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Araraquara, 20 de Outubro de 2023.

_____
(Assinatura do participante da pesquisa)

Eu,_____
(nome do membro da equipe que apresentar o TCLE)

obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do participante da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Campus Indianópolis
Comitê de Ética em Pesquisa - UNIP

Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino
CEP: 04026-002 – Fone: (11) 5586-4090
e-mail: cep@unip.br
Horário de funcionamento: das 08:00 às 19:00

_____
(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE)

_____
(Identificação e assinatura do pesquisador responsável)

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O IMPACTO DO PRECONCEITO NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES TRANS NO BRASIL

Pesquisador: Luiz Roberto Marquezi Ferro

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 75147123.1.0000.5512

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.545.336

Apresentação do Projeto:

O projeto tem como objetivo compreender as dificuldades que as mulheres trans encontram ao longo do processo de reconhecimento de sua identidade, considerando o preconceito ao qual a sociedade manifesta, afetando assim, a saúde mental dessas mulheres. O método proposto para a pesquisa é de estudo de caso, dado que permite maior compreensão a respeito do tema abordado, além de proporcionar uma pesquisa mais detalhada, baseada no discurso. Para isso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas que serão gravadas e transcritas, servindo de base para os textos finais. O tamanho da amostra será por conveniência devido a proposta do método e a dificuldade de encontrar indivíduos que tenham disponibilidade para participar da pesquisa. Os resultados obtidos serão analisados por meio de análise de discurso, que se preocupa em entender o sentido que aparece e não somente ao conteúdo que envolve o discurso, realizando um paralelo do discurso coletado e o referencial teórico selecionado para a estrutura do projeto de pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos não explicitam ressalvas éticas: compreender as
diferentes formas de discriminação, além de como acontecem e afetam as mulheres trans no Brasil. Compreender a transgeneralidade, visando
respeitar as vivências de mulheres trans. Conhecer as possibilidades oferecidas por políticas

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar
Bairro: Vila Clementino **CEP:** 04.026-002
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086 **E-mail:** cep@unip.br

públicas para o combate ao preconceito e a garantia
da saúde mental de mulheres trans.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
O risco para os participantes é mínimo e os benefícios apontados atendem aos dispostos do CNS.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo socialmente relevante e atende aos pressupostos éticos previstos pelo CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Em conformidade com os parâmetros do CNS.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:
Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas pelo CEP, conforme Norma Operacional CNS nr 001/12, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2233886.pdf	23/10/2023 13:12:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	frm_termo_de_consentimento_TCLE.docx	23/10/2023 13:11:58	Dânica Fernanda Sandretti da Silva	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	20/10/2023	Natália Cristina de	Aceito

UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP

Continuação do Parecer: 6.545.336

Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	18:51:45	Alcântara Alonso	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.docx	20/10/2023 15:39:17	Dânica Fernanda Sandretti da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	20/10/2023 15:38:53	Dânica Fernanda Sandretti da Silva	Aceito
Outros	Carta_de_Apresentacao_do_Projeto_de_Pesquisa.pdf	20/10/2023 15:31:50	Dânica Fernanda Sandretti da Silva	Aceito
Outros	Orcamento_de_Projeto_de_Pesquisa.pdf	20/10/2023 15:30:41	Dânica Fernanda Sandretti da Silva	Aceito
Outros	Intencao_de_Pesquisa.pdf	20/10/2023 15:29:45	Dânica Fernanda Sandretti da Silva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador.pdf	20/10/2023 15:28:17	Dânica Fernanda Sandretti da Silva	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SAO PAULO, 30 de Novembro de 2023

Assinado por:
Bettina Gerken Brasil
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar
Bairro: Vila Clementino **CEP:** 04.026-002
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086 **E-mail:** cep@unip.br

PSICOLOGIA E SAÚDE EM DEBATE
ISSN (eletrônico) 2446-922X

ARTIGO ORIGINAL

O IMPACTO DO PRECONCEITO NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES TRANS

DOI: 10.22289/2446-922X.V10A2A27

Luiz Roberto Marquezi **Ferro** [1]
Dânica Fernanda **Sandretti da Silva**
Natalia Cristina de **Alcântara**
Camila Antonia **Salviano**
Débora Cristina **Abonizio** Lisboa
Aislan José de **Oliveira**

RESUMO

Este projeto teve como objetivo compreender as dificuldades que mulheres trans encontram ao longo do processo de reconhecimento de sua identidade, considerando o preconceito ao qual a sociedade manifesta. O método proposto para a pesquisa foi de estudo de caso, dado que permite maior compreensão a respeito do tema abordado. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que foram gravadas e transcritas, servindo de base para os textos finais. O tamanho da amostra (2 participantes) foi de conveniência devido a proposta do método e a dificuldade de encontrar indivíduos que tenham disponibilidade para participar da pesquisa. Os resultados obtidos foram analisados por meio de análise de discurso. Foi possível observar diversas formas de discriminação vivenciadas por essas mulheres, bem como essas situações afetaram e seguem impactando em sua saúde mental. O acesso a um acompanhamento psicológico adequado, juntamente com políticas públicas que garantam seus direitos, podem promover maior qualidade de vida para essas mulheres.

Palavras-chave: Saúde Mental; Mulheres Trans; Preconceito; Sistema Único de Saúde.

THE IMPACT OF PREJUDICE ON THE MENTAL HEALTH OF TRANS WOMEN

ABSTRACT

This project aimed to understand the difficulties that trans women encounter throughout the process of recognizing their identity, considering the prejudice that society expresses. The method proposed for the research was a case study, as it allows greater understanding of the topic addressed. To this end, semi-structured interviews were carried out and recorded and transcribed, serving as the basis for the final texts. The sample size was convenience due to the proposed method and the difficulty of finding individuals who are available to participate in the research. The results obtained were analyzed using discourse analysis. It was possible to observe various forms of discrimination

[1] Endereço eletrônico de contato: luiz.ferro@docente.unip.br
Recebido em 14/06/2024. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 07/10/2024.

experienced by these women, as well as how these situations affected and continue to impact their mental health. Access to adequate psychological support, together with public policies that guarantee their rights, can promote a better quality of life for these women.

Keywords: Mental Health; Trans Women; Prejudice; Health Unic System.

EL IMPACTO DEL PREJUICIO EN LA SALUD MENTAL DE LAS MUJERES TRANS

RESUMEN

Este proyecto tuvo como objetivo comprender las dificultades que enfrentan las mujeres trans durante el proceso de reconocimiento de su identidad, considerando el prejuicio que la sociedad manifiesta. El método propuesto para la investigación fue el estudio de caso, dado que permite una mayor comprensión sobre el tema abordado. Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas que fueron grabadas y transcritas, sirviendo de base para los textos finales. El tamaño de la muestra fue de conveniencia debido a la propuesta del método y la dificultad de encontrar individuos disponibles para participar en la investigación. Los resultados obtenidos fueron analizados mediante análisis de discurso. Fue posible observar diversas formas de discriminación experimentadas por estas mujeres, así como cómo estas situaciones afectaron y siguen impactando en su salud mental. El acceso a un acompañamiento psicológico adecuado, junto con políticas públicas que garanticen sus derechos, puede promover una mayor calidad de vida para estas mujeres.

Palabras clave: Salud Mental; Mujeres Trans; Prejuicio; Sistema Único de Salud.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender as principais dificuldades enfrentadas por mulheres trans, (indivíduo biologicamente masculino que se enxerga/identifica como feminino) tendo como foco a investigação dos efeitos do preconceito social na saúde mental dessas mulheres.

Desde o nascimento são passados ensinamentos de como meninos e meninas devem agir de acordo como são identificados, entretanto não são orientados a um comportamento adequado referente ao gênero. As diferenças entre homens e mulheres, vista como natural e biológica, são na verdade influenciadas pela sociedade e sua cultura. Sendo assim, acredita-se na ideia de que órgãos genitais identificam uma pessoa como homem e mulher, quando na verdade essa identificação é social e não biológica (Jesus, 2012).

No contexto brasileiro, transgêneros ou pessoas trans, se refere a um termo utilizado para identificar uma pessoa que não se encaixa dentro de padrões estabelecidos pela sociedade na definição de cada sexo biológico. Sendo assim, pode-se pensar na mulher trans como alguém que nascendo homem se entende como mulher (Silva et al., 2021). Ainda existem dúvidas com termos como sexo e identidade de gênero, além de crenças de que ser transexual é uma escolha pessoal ou um problema genético (Soares et al., 2017).

As diferentes formas com que uma pessoa pode ser identificada em termos sociais como homem ou mulher é o que chamamos de gênero. Existem muitas definições clínicas e sociológicas, mas para descomplicar podemos dizer que pessoas trans precisam lidar com o embate entre o biológico e o social, onde o corpo contradiz a subjetividade (Jesus, 2012).

No campo da saúde mental, tendo em vista que seja um assunto muito abordado atualmente, sua definição até o momento é vaga. Por muito tempo o termo saúde foi relacionado ao não adoecimento, e neste caso a não identificação de doenças psíquicas, onde saúde mental só era pautada diante de concepções sobre a “loucura”. Entretanto, atualmente a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a saúde mental está ligada à forma como o indivíduo lida com as questões da vida, em um estado de bem-estar, o que pode ser definido por sentimentos como, conforto, segurança, tranquilidade, contentamento e satisfação (Alcântara, et al., 2022).

No contexto discriminatório, a atual sociedade foi idealizada com princípios machistas e religiosos, onde tudo que fuja desse padrão estabelecido se dá por anormal, por exemplo, o próprio termo "cisheteronormatividade" já deixa bem claro que tudo que venha contrariá-lo foge do que é aceito como algo natural. Levando este fato em consideração, a comunidade trans sofre discriminação constantemente, uma violência que além de afetá-los em diversas áreas como família e trabalho, sem dúvidas também prejudica sua saúde mental (Ferreira et al., 2022).

A origem da palavra preconceito deriva da junção do prefixo “pre”, que significa anterioridade, e de conceito, uma compreensão de algo. Sendo assim, preconceito seria uma forma de juízo de valor preconcebido sobre algo ou sobre alguém pautado em uma opinião construída sem fundamento. Uma opinião formulada sem a devida reflexão ou exame crítico. Uma maneira de demonstrar certo repúdio a algo através da discriminação, baseando-se apenas em crenças ou superstições (Buarque, 2010).

Este preconceito influencia diretamente a saúde mental das mulheres trans, trazendo muitos sintomas depressivos, ideação suicida e até mesmo tentativas de suicídios. Isso se dá pela falta de apoio social em razão do preconceito e a falta de informação a respeito da subjetividade de cada um. Estando elas em uma posição vulnerável, cabe à sociedade promover apoio, bem como ajudar no enfrentamento desse preconceito negativamente imposto (Chinazzo, 2021).

A condição inferiorizada da mulher em relação ao homem ocorre desde muito cedo, visto que vivemos em uma sociedade patriarcal e sexista. Apesar de muitos avanços, as mulheres ainda se deparam com as dificuldades de se colocarem em um universo heteropatriarcal, sendo ainda mais complicado no caso de mulheres trans. É nítido como os fatores de identidade de gênero organizam e hierarquizam as experiências sociais. As limitações impostas por essa sociedade, que é também heteronormativa, mostra a precisão de um trabalho elaborado para esses indivíduos que vai além de aceitar e reconhecer a transgeneridade no cotidiano social. Os Direitos Humanos estão levantando inúmeras pautas sobre esse assunto, visto que essa população se encontra cada vez mais desprotegida e vulnerável (Veroneze, 2022).

Há décadas os manuais de psiquiatria apresentam as vivências trans como algo relacionado a doença mental, sendo definido com uma estranha psicose o indivíduo que nega a realidade do próprio corpo. Sendo assim, a ideia de separação entre corpo e mente aparece como algo cruel onde a preocupação e cuidado com pessoas trans, muitas vezes é confundido com tutela e acabam aparecendo juntamente com discursos de acolhimento e proteção, levando em consideração a maneira como a transição de gênero é pensada em nossa cultura (Vieira et al., 2019).

O Sistema Único de Saúde (SUS) promove atendimentos para auxiliar pessoas que estão passando por esse processo de transição, valorizando questões relacionadas à saúde mental desses indivíduos. Estando eles em uma situação de extrema vulnerabilidade, vê-se a importância de um suporte profissional especializado para promover suporte efetivo durante esse processo (Cabral & Muñoz, 2021).

O Brasil se concebe como um dos piores países para habitarem mulheres trans, sendo essas vivências submetidas a exposições, exclusões, violações sistemáticas, em lugar de subalternidade e são consideradas como vidas menos humanas e, portanto, “corrigíveis” e “assassináveis”. Essas disputas discursivas sobre normativas de gênero, fabricam narrativas distintas e estratégias de poder, legitimando um discurso de ódio contra esse grupo populacional específico e interferindo diretamente na vida desses indivíduos (Cavalcanti et al., 2018).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma Pesquisa Qualitativa por meio de um estudo de caso, técnica que possibilita maior compreensão a respeito de um ou poucos objetos, através de uma pesquisa mais profunda e detalhada, capaz de analisar determinado acontecimento, através de uma análise empírica, utilizando várias fontes de evidências (Gil, 2008).

O estudo de caso vem se destacando dentro da área acadêmica como uma boa estratégia de pesquisa. Esse tipo de estudo possui potencial para minimizar essa separação entre a pesquisa empírica e a prática clínica. A vantagem se dá pela extensa aplicabilidade e os tornam úteis para estudos voltados para a área da psicologia, pois ajudam no entendimento do processo de mudança além de ser uma alternativa para remover a ideia de dissociação entre a atividade clínica e a atividade científica (Serralta et al., 2011).

Participaram da pesquisa duas mulheres trans, além das quatro pesquisadoras auxiliares. O tamanho da amostra se baseia no método proposto para o estudo de caso, além de ser conveniente devido à dificuldade de encontrar indivíduos que tenham disponibilidade para participar da pesquisa.

As entrevistas foram executadas através da plataforma online Google meet, utilizando o link: https://meet.google.com/noe-udff-wyf. Para isso, foi criado um endereço de e-mail utilizando como identificação o usuário humana.mente24@gmail.com, a fim de proporcionar uma maior garantia de privacidade dos participantes, além de certificar a impessoalidade das pesquisadoras, e para uma melhor fidedignidade dos dados, ao qual foi feita com a utilização do recurso de gravação do próprio aplicativo.

Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que forneceram subsídios para a análise do discurso, realizada através de um estudo de caso. A entrevista semiestruturada permite ao entrevistado dissertar sobre o assunto abordado sem que ele se sinta fixado somente à pergunta formulada (Minayo et al., 2007).

O questionário contou com questões para a coleta de dados demográficos; além de questões abertas que abordaram sobre os diferentes preconceitos vivenciados, bem como estes poderiam afetar a saúde mental; e os desafios para acessar um serviço de saúde especializado. Tais questões estavam relacionadas diretamente ao objetivo da pesquisa, sendo facilitadoras da coleta dos dados, garantindo que as respostas obtidas pudessem ser ricas em conteúdo e adequadas para a análise de discurso. Dessa forma, o questionário pôde ser elaborado de modo a evitar respostas simples do tipo "sim" ou "não". Nesse sentido, o questionário foi cuidadosamente elaborado, uma vez que sua formulação poderia impactar as respostas dos participantes.

Inicialmente o Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e após sua aprovação foi iniciado todo o protocolo necessário para ser realizada a coleta de dados. O Parecer Substanciado do CEP sob CAAE 75147123.1.0000.5512 e número de registro 6.545.336.

3 RESULTADOS

A coleta de dados ocorreu através de entrevistas realizadas com duas voluntárias, que denominamos de Participante 1 - P1 e Participante 2 - P2. Essa denominação se deu pela ordem da realização das entrevistas.

Tabela 1. Dados Sociodemográficos

Participante	Idade	Cidade Natal	Onde reside	Escolaridade	Profissão
P1	21 anos	Patrocínio Paulista	Boa Esperança do Sul	Ensino Médio	Agente de Saúde

P2	49 anos	Tabatinga	Agulha	Fundamental Incompleto	Doméstica

Nota-se que as duas mulheres são naturais de cidades localizadas no interior do Estado de São Paulo, ambas com menos de 20.000 habitantes. Além disso, as participantes se mudaram para outro município, entretanto, se mantiveram em cidades menores, no interior paulista.

É possível observar uma divergência nas respostas, onde a Participante 1, de 21 anos, diz que desde pequena já se reconhecia como mulher, por gostar de coisas que normalmente eram feitas por meninas. Enquanto a Participante 2, de 49 anos, relata uma demora nesse processo, mencionando o fato de se perceber diferente.

Tabela 2. Percepção da identidade

P1	"Olha, sabe, desde pequena, sempre querendo boneca, pegando bonecas das minhas primas, a minha mãe com o tempo, né, ela começou a entender também, então quando eu pedia para ela que eu queria uma roupa dela, eu queria um batom dela, claro, escondida do meu pai, ela me "ponhava" no quarto, fechava a porta e deixava"
P2	"Olha demorou um bom tempo, viu, no início eu não sabia definir o que era, então foi passando o tempo, passando o tempo, aí foi que eu fui me descobrindo, e me achei, sim, diferente de certas pessoas, sabe, que não era a mesma coisa que certas pessoas. Porque tem o travesti, a mulher trans, tem o gay. Então eu fui me definindo diferente dessas pessoas, foi aí que eu fui entendendo, fui conversando com as outras pessoas e fui me descobrindo"

As participantes trouxeram experiências quanto ao processo de compreensão da identidade, ambas de acordo com suas vivências, levando em consideração a fase em que deram início ao processo de transição.

As participantes trouxeram relatos diferentes quanto ao processo de compreensão e as emoções vivenciadas neste momento.

Tabela 3. Percepção das Emoções no momento da compreensão

P1	"Olha, principalmente acho que de aceitação, eu não me aceitava, eu me olhava no espelho e não era a pessoa que eu queria ver, não era a pessoa que assim, condiz com a minha cabeça, olhava e não era aquele corpo, não era aquelas roupas que eu gostaria de estar usando, a aparência também não me agradava, sabe, foi a partir disso, me olhava no espelho e ficava pensando, "não é isso que eu quero, meu corpo não é assim", então foi a partir disso"
P2	"Olha as emoções foi que eu pensava totalmente igual a uma mulher mesmo né. Eu me via, e, no futuro da minha vida, eu me via assim, tendo um companheiro pra mim, me relacionar, pra viver junto, pra morar junto, pra construir uma vida junto, foi assim que eu fui pensando na minha vida".

Nota-se uma divergência quanto às emoções vivenciadas no processo de compreensão, onde a Participante 1 relata que não se reconhecia no corpo a qual pertencia, enquanto a Participante 2 conta que imaginava seu futuro como uma mulher.

As duas participantes não tiveram apoio de todos os familiares quando disseram que se compreendiam como mulheres trans. Porém, a Participante 1 relata que a mãe sempre a apoiou, deixando ela brincar de boneca e usando suas roupas, mas sempre escondido do pai. No relato das duas participantes, o pai é sempre mencionado como alguém que não oferece apoio.

Tabela 4. Percepção sobre o apoio familiar

P1	"Meu pai ficou cinco, quase seis anos sem falar comigo, tivemos muitas brigas, meu pai já falou coisas horríveis, e até então hoje eu converso com ele, mas perdoar eu não consigo não. Por exemplo, se ele (pai) vier na casa da minha avó, se eu chegava ele ia embora, mas ele dava a volta pelos fundos para não passar na minha frente, então com meu pai foi muito difícil, bem complicado".
P2	"Ah foi triste, viu, o apoio familiar foi muito triste. Porque a família não aceitava. Eu fui posta pra fora de casa, eu vivi bem dizer na rua, né, porque morava um tempo na casa de um, um tempo na casa de outro, vivia jogada. E até a minha família foi aceitar mesmo, foi depois que praticamente eu arrumei um companheiro, que eu convivo junto com ele hoje".

As duas participantes, trazem o impacto e as consequências que a falta do apoio familiar trouxe durante e após o processo de transição. No relato da Participante 1, é possível observar que mesmo passado um tempo, o que foi vivenciado ainda afeta seus sentimentos e sua relação com o pai. Já a Participante 2, enfrentou não somente um rompimento de laços, mas também dificuldades econômicas.

As Participantes compartilharam suas experiências em relação a depressão, descrevendo como isso afetou seu cotidiano e sua capacidade de enfrentar o preconceito e a discriminação como uma mulher trans.

Tabela 5. Percepção sobre a saúde mental e o preconceito sofrido

P1	"Eu entrei em depressão, foi quando eu entrei no ensino médio, que aí foi mais difícil para eu poder estudar [...] Até então eu cheguei em um ponto, aí menina, de que eu peguei umas três cartelas de hormônio, uma duas cartelas de calmante e tomei, foi aonde eu fui parar no hospital, foi ainda, a única coisa, eu não lembro de nada do que aconteceu [...] eu fiquei internada quase duas semanas".
P2	"Eh, foi onde que eu fui, precisei ser internada, e eu tava com uma depressão muito ruim, muito brava mesmo, fiquei jogada na cama, não tinha vontade de fazer nada. Aí foi onde eles me acolheram. O médico daqui me acolheu, é, falou para mim: você precisa se tratar, vamos levar você para se tratar e me encaminharam para um hospital psiquiátrico, onde eu fiquei dois meses lá fazendo tratamento".

A Participante 1 relata um momento sobre as consequências dessas experiências, onde realizou uma tentativa de suicídio, necessitando de cuidados médicos por alguns dias. A Participante 2 também relata momentos muito difíceis, nos quais percebeu que estava com sua saúde mental prejudicada, necessitando de uma internação para acompanhamento psicológico diário.

Em relação ao apoio psicológico oferecido pelo SUS (Sistema Único de Saúde), é possível observar divergências nos relatos. A Participante 1 conta que ao buscar pelo auxílio, enfrentou o preconceito do próprio profissional que a atendia. Já a Participante 2 relata ter recebido um bom auxílio.

Tabela 6. Percepção sobre auxílio do SUS

P1	"Olha, até tentei, fiz acho que um mês, eu fiz, mas escutei a mesma coisa que eu escutei quando eu fui fazer meu tratamento hormonal, "eu não posso" ou "eu não consigo tratar o seu problema", falaram dessa forma para mim [...] Eu vou te falar que eu abandonei, depois do que eu escutei isso dessas outras duas pessoas, eu abandonei."
P2	"Aí, eu procurei ajuda, a médica me ajudou, me encaminhou para o hospital, pelo SUS. Um hospital que me tratou super bem, também, os médicos, os psicólogos, psiquiatras, tudo super muito bem, eles atenderam a gente."

O preconceito vivenciado pela Participante 1 em uma unidade de saúde por um profissional, fez com que ela evitasse buscar auxílio para seu bem-estar físico e mental. Por outro lado, a Participante 2 relata que foi muito bem acolhida pelos profissionais e não apresenta queixas ou intercorrências.

Como as participantes passaram pelo processo de transição em momentos diferentes, a Participante 2 não relata obstáculos em sua vida acadêmica, pois iniciou sua transição aos 28 anos, portanto, já havia passado pelo período escolar. Entretanto, pode-se observar um grande impacto na vida da Participante 1 pelo preconceito vivenciado no meio estudantil.

Tabela 7. Percepção no contexto escolar

P1	"Eu queria abandonar a escola, até um tempo, eu fiquei acho que um mês e meio sem ir para a escola, minha amiga trazia o caderno, eu fazia a lição e ela levava, fiquei um mês e meio assim [...] Vamos dizer assim, vamos falar a verdade, foi um inferno estudar no Ensino Médio, para mim."

Através do relato da Participante 1, é possível observar a dificuldade para a realização e conclusão dos estudos, tais situações eram tão agressivas, que quase a fez desistir de sua formação.

No que diz respeito à violência verbal e física, as participantes compartilharam relatos impactantes, ações essas que trouxeram consequências em sua saúde mental e vida social.

Tabela 8. Percepção sobre os tipos de violência

P1	"Falavam assim, "você é um viado, cada vez que você sair na rua a gente vai te bater", então eu também não saia, quando eu saia procurava minha mãe para ir junto, era da casa para escola, no máximo, era da casa para escola".
P2	"Inclusive, eu fui agredida na rua. Eu não gosto muito de lembrar, sabe, mas, teve sim, foi muito triste".

A Participante 1 trouxe situações de violência verbal, relatando incontáveis ameaças que recebeu, e como estas impactaram sua vida social. Por outro lado, a Participante 2 enfrentou não só violência verbal, mas também física, as quais deixaram marcas tão profundas, que ela evita falar sobre o assunto.

As duas participantes trouxeram relatos sobre o preconceito da sociedade.

Tabela 9. Percepção sobre o preconceito social

P1	"Eu entrei em depressão, foi quando eu entrei no ensino médio, que aí foi mais difícil para eu poder estudar, até porque, que nem eu falo, eu não podia usar o banheiro, né, os meninos falavam, "se você entrar no nosso banheiro você vai apanhar", no banheiro das meninas, a diretora colocou inspetora e eu não podia entrar, nem se a inspetora me acompanhasse, eu não podia, e o banheiro dos professores ela trancava e escondia a chave, então assim, muitas vezes, teve ocasião de duas vezes eu fazer xixi na roupa, porque eu não aguentava até chegar em casa"
P2	"Era saber que minha mãe não me aceitava, né, era a coisa mais difícil, porque, outros momentos não, porque de sair assim na rua, eu não tinha medo mais, porque já estava calejada de tanto tomar pancada na vida, né."

Um dos momentos marcantes para a Participante 1 em relação a esse preconceito ocorreu durante o ensino médio, especificamente em relação ao uso do banheiro. Para a Participante 2, a não aceitação da sua mãe quanto a sua identidade foi o mais difícil a ser enfrentado.

As duas mulheres trouxeram questões relacionadas ao enfrentamento do preconceito atualmente. A participante 1 afirma que após um tempo sentiu que houve uma melhora, mas

relaciona essa mudança ao seu comportamento. No relato da participante 2, podemos encontrar a mesma afirmação, entretanto, relacionada a outros fatores.

Tabela 10. Percepção sobre o enfrentamento do preconceito

P1	"Hoje é mais, assim, um pouco mais tranquilo, mas porque eu aprendi me impor também, porque que nem eu falo, passar por essas situações na rua, saia chorando e vinha pra casa, né, falei, hoje eu aprendi a me impor também, né, tive que é, me ofendendo não vou deixar barato, eu cansei de sofrer, de escutar tudo que eu escutava, passar pelo o que eu passei e em casa ficar chorando."
P2	"Porque hoje em dia já não é tanto mais. Há uns tempos atrás, tava totalmente diferente, o pessoal, eu acho que não tinha informações como tem hoje [...] É porque às vezes a pessoa mesmo tendo, porque o que a gente vê, é que o preconceito é o que complica. É que hoje diante dessas leis que protegem, mesmo a pessoa tendo preconceito ela acaba se segurando por conta da lei, né, para não se comprometer perante a justiça"

Diante do relato da Participante 1, podemos observar que para não ser alvo de preconceito, precisou adotar uma postura reativa para que as pessoas pudessem respeitá-la. Entretanto, a Participante 2 traz a importância da conscientização e de políticas públicas, como as leis que amparam essas mulheres, e como essas ações colaboram com a diminuição do preconceito.

4 DISCUSSÃO

A pesquisa proporcionou a identificação de alguns pontos importantes a serem considerados, quando falamos sobre o impacto do preconceito na saúde mental de mulheres trans no Brasil. De acordo com as situações apresentadas, encontramos algumas significativas que colaboram para esse impacto.

Cada indivíduo é um ser único, e sua percepção em relação às situações do mundo, depende de experiências vivenciadas e de como cada um interpreta essas vivências. Ainda assim, existem situações que são culturalmente impostas pela sociedade ao qual o indivíduo está inserido. Em se tratando de nossa cultura, homens e mulheres são identificados, levando em consideração

definições naturais e biológicas, e isso é diretamente influenciado pela cultura da sociedade em que vivemos (Jesus, 2012).

As participantes da pesquisa passaram pelo período da compreensão da identidade, de maneiras distintas e tal divergência pode ser entendida pela questão da idade, onde é possível considerar o conteúdo da influência social e a cultura de cada geração. Sendo assim, podemos pensar em quanto esses fatores podem influenciar nas experiências pessoais dessas vivências e contribuir para que essas mulheres tenham, ou não, um bom acolhimento, essencial nesse momento da descoberta da identidade.

Quando uma pessoa não se identifica dentro dos padrões socialmente impostos para seu sexo biológico, passa por um momento delicado até entender como seria possível nascer homem, mesmo se identificando como mulher (Silva et al., 2021).

Para a Participante 1, que relata se entender como mulher desde pequena, foi bastante difícil passar por determinadas situações, e acabava, em muitos casos, se escondendo para que pessoas próximas a ela, não percebessem sua real identidade. Já a Participante 2, por ter passado por esse processo já na idade adulta, relata que ela mesma não conseguia identificar o que estava acontecendo, pois sempre que idealizava um futuro, este era planejado de acordo com o gênero de identificação, e não o biológico.

Analisando os relatos, pode ser observado o impacto que a falta de informação adequada sobre o processo de transição, juntamente com o preconceito que culturalmente a nossa sociedade apresenta com essas vivências, acabam por confundir indivíduos que estejam passando por esse momento.

A compreensão dos papéis sociais convencionalmente atribuídos e determinados desde o nascimento, fazem com que essas pessoas experienciem uma incompatibilidade entre a identidade socialmente imposta ao nascer e sua própria percepção de características que não correspondem ao sexo biológico (Lev, 2004).

Para as participantes, a autodescoberta de se identificarem como mulheres trans foi muito importante, e por mais que a identidade de gênero seja a mesma, os relatos nos mostram que as experiências de transição podem variar de pessoa para pessoa.

Para a Participante 1, as emoções durante esse processo de entendimento e aceitação foram bastante confusas. Relata um certo conflito ao se olhar no espelho naquela época, pois não se reconhecia e não aceitava o que via. O corpo e as roupas que ela se identificava, não eram compatíveis com o que ela via refletido. E foi a partir desse momento, que ela decidiu que precisava passar pela transição. Já o ponto fundamental para a Participante 2, era o fato de que, desde sempre pensava como uma mulher, e então tomou a decisão de passar pela transição, embora tenha feito em outro período da vida, diferente da Participante 1.

Pode-se verificar pelos relatos, que essas mulheres enfrentam uma angústia considerável ao longo de sua compreensão, ao perceberem diferentes características entre o físico e a identidade percebida, e acabam passando por sofrimentos em muitas esferas de sua vida.

Mulher trans refere-se a alguém que foi designado como do sexo masculino ao nascer por questões naturais e biológicas, mas que ao longo do desenvolvimento identificou-se com o gênero feminino. Inicia-se então um processo de busca pelo reconhecimento social dessa identidade, buscando o direito de ser reconhecida como mulher (Soll & Costa, 2019).

É fundamental destacar que, o machismo também está presente além do estigma associado à identidade de gênero. Assim, o simples fato de serem mulheres as torna mais vulneráveis à violência (Silva et al., 2021). As participantes relatam a alteração no comportamento de familiares e na maneira como eram tratadas antes de assumirem suas identidades trans.

Nos relatos das duas participantes, o pai se coloca como a figura que mais oferece resistência, o que reforça a situação do machismo. A Participante 1 diz que foi visível a mudança de tratamento que tinha do pai enquanto se apresentava para sociedade como menino, e como isso se modificou quando decidiu passar pela transição. Segundo a Participante 1, o pai passou quase seis anos sem falar com ela, além de evitar o contato e as ameaças sofridas por parte dele. Diz que ainda hoje, apesar de estarem se falando o necessário para uma convivência pacífica, não consegue perdoar as atitudes e palavras vindas dele.

Para a Participante 2 foi muito triste não ter o apoio da família durante a transição, e por não a aceitarem, acabou sendo expulsa de casa. Esse fato a fez se sentir humilhada e abandonada, pois dependia da boa ação de terceiros para não ficar sem um lugar para morar. Diz que tudo isso a deixa triste, principalmente porque os pais já não são mais vivos, e ela gostaria de ter a oportunidade de se entender com eles.

As mulheres trans encontram hostilidade em várias áreas de suas vidas, frequentemente vinda de suas próprias famílias (Silva et al., 2021). O apoio familiar tem um papel fundamental na vida de uma pessoa, especialmente durante fases decisivas, como a de compreensão da identidade como mulheres trans, o não recebimento desse suporte, pode gerar algumas consequências, afetando sua saúde mental, bem-estar emocional e qualidade de vida.

A comunidade trans enfrenta discriminação contínua, formas diversas de violência que não só a impacta em várias áreas, como família e trabalho, mas também indiscutivelmente prejudica sua saúde mental (Ferreira et al., 2022).

As participantes relataram situações que confirmam o quanto o preconceito impactou sua saúde mental no momento de assumir sua identidade quanto ao gênero. A Participante 1 relata uma depressão que lhe causava um sofrimento muito intenso. A depressão também fez parte da vida da Participante 2 dizendo que inclusive precisou ser internada, pois passou dias sem conseguir sair da cama.

É evidente como a discriminação e o preconceito, tanto no âmbito familiar quanto na sociedade em que a pessoa está inserida, tem um impacto significativo na saúde mental das mulheres trans. Essa discriminação e preconceito, geram um ambiente hostil, que pode contribuir para o desenvolvimento de problemas psicológicos, como a depressão, ansiedade, entre outros.

Pessoas que não se identificam com o sexo biológico frequentemente são erroneamente rotuladas como portadoras de distúrbios psicológicos. Esse padrão de interpretação remonta ao século XIX, e registros médicos relacionados a transgêneros antes desse período são extremamente escassos (Lev, 2004).

Isso resulta em uma ideia cruel de separação entre corpo e mente, onde os cuidados e preocupações com pessoas trans muitas vezes são interpretados como tutela. Esses aspectos surgem junto com discursos de acolhimento e proteção, influenciados pela maneira como a transição de gênero é compreendida em nossa cultura (Vieira et al., 2019).

Por muito tempo, pessoas trans foram consideradas como psiquicamente doentes diagnosticadas por transtornos psicóticos por viverem um gênero divergente da anatomia fisiológica.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) (2023), a disforia de gênero é caracterizada como um termo descritivo geral, refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experienciado ou expressado e o gênero designado de uma pessoa. Entretanto é mais especificamente definida quando utilizada como uma categoria diagnóstica. Não se refere ao sofrimento relacionado ao estigma, mas a uma fonte distinta de sofrimento, que possivelmente ocorre de forma concomitante.

Embora frequentemente vista como um problema psicopatológico, a disforia de gênero é principalmente causada pelo intenso sofrimento que os indivíduos experimentam quando não são reconhecidos conforme desejariam dentro da cultura estabelecida. Assim, a condição que parece ser uma doença individual é, na verdade, um problema social mais amplo (Soll & Costa, 2019).

Indivíduos vivenciam considerável angústia ao longo de seu desenvolvimento, decorrente da dissonância entre seu sexo biológico e a construção de sua identidade de gênero (Soll & Costa, 2019).

Quando percebem que suas características não se alinham com a representação de sua identidade, buscam cuidados de saúde na tentativa de aliviar esse sofrimento. Infelizmente, são frequentemente rotuladas como tendo problemas de saúde mental, quando, na verdade, essa questão é originada do preconceito enraizado em uma cultura considerada tradicional pela sociedade (Lev, 2004).

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece serviços para apoiar indivíduos em processo de transição, priorizando aspectos ligados à saúde mental. Considerando sua extrema vulnerabilidade, é evidente a importância de um suporte profissional especializado para fornecer assistência eficaz durante essa fase (Cabral & Muñoz, 2021). É válido ressaltar, que, em alguns casos, como o da

Participante 1, o apoio só é oferecido quando optado pelo processo de redesignação sexual ou terapia hormonal.

As participantes relataram experiências distintas nesse contexto, sendo a Participante 1 a mais impactada pelo despreparo dos profissionais que deveriam ter realizado o acolhimento correto nesse momento de extrema. Ainda hoje, reluta por procurar ajuda, e diz que somente tem suporte para o tratamento hormonal, sem apoio psicológico para enfrentar as consequências do preconceito em sua saúde mental.

Para a Participante 2, esse auxílio veio de maneira coerente, pois obteve todo o suporte necessário, quando solicitado. Relata que os atendimentos foram eficientes e que os profissionais foram muito atenciosos e cuidadosos com ela.

Portanto, nota-se que apesar da oferta de apoio psicológico, ainda há uma clara demanda por reformas no sistema, com o objetivo de garantir profissionais mais éticos e preparados para o acolhimento dessas mulheres.

É crucial ressaltar que os transgêneros não devem ser categorizados sob uma lente patológica na perspectiva psicológica, pois as diversas manifestações da identidade de gênero são aspectos intrínsecos ao processo de desenvolvimento de cada indivíduo (Soll & Costa, 2019).

Desde muito cedo, as mulheres trans enfrentam desafios que reverberam ao longo de suas vidas, resultando em consequências duradouras. Um exemplo disso é a evasão escolar, muitas vezes decorrente da violência no ambiente acadêmico, o que cria obstáculos para sua inserção no mercado de trabalho devido à falta de qualificação (Santos & Oliveira, 2021).

A partir de sua criação, a escola assumiu o papel social de disciplinar e ajustar os corpos de acordo com as normas vigentes de cada sociedade. O sistema educacional brasileiro, baseado nesses princípios de padronização, passou por uma mudança a partir do final das décadas de 1970 e 1980, quando o movimento feminista começou a exigir novas perspectivas sobre as hierarquias de gênero e sexualidade, trazendo essas discussões também para os espaços escolares (Franco & Cecillini, 2016).

Diante disso, considerando os fundamentos constitucionais brasileiros voltados à dignidade da pessoa humana, as ações de governo propostas pelo estado brasileiro necessitam encontrar uma forma de prevenir e combater tal discriminação. Sendo o feminino visto como inferior dentro desse espectro, mulheres trans e travestis são constantemente vítimas de violência e exclusão. As violências física e psicológica, baseadas no reforço dos papéis de gênero, promovidas pela própria Escola, levando em consideração a vivência em uma sociedade patriarcal e machista, são fortes influenciadores dentro desse processo. Mulheres trans tendem a sofrer uma rejeição coletiva imposta, sendo marginalizadas e tendo prejudicados seus direitos básicos, como o acesso à educação, sendo o número de evasão escolar entre mulheres trans e travestis significativo (Amorim et al., 2017).

Pelo fato de passarem pelo processo de transição em períodos distintos, a Participante 2 não teve experiências dentro do contexto escolar, pois sua transição se iniciou quando já havia passado por esse período.

Porém, a Participante 1 relata profundo sofrimento dentro desse contexto, sendo para ela, o momento mais difícil de toda sua transição. Relata que sofreu várias formas de preconceito nesse período, tanto de colegas quanto de funcionários da instituição. Diz que por inúmeras vezes pensou em abandonar a escola. Um fator muito mencionado por ela foi sobre a questão da utilização do banheiro, onde era proibida pelos meninos de utilizar o banheiro masculino, e proibida pela diretora da escola de utilizar o banheiro feminino, mencionando que por diversas vezes acabou urinando na roupa, por não conseguir segurar.

Num movimento hegemônico de silenciamento das diferenças, o banheiro pode ser interpretado como uma ferramenta de controle que regula a sexualidade e, consequentemente, gera sujeitos dissidentes e discordantes das normas. Sobre essa temática do uso de banheiros por mulheres trans, travestis e transexuais, são vistos como atravessadores de territórios, por isso, não se encaixam na escola, considerando os cruzamentos entre o universo trans e o uso do banheiro no contexto escolar, onde o banheiro é visto como um local de violência e exposição. A escola é vista como a detentora dos sujeitos, dos corpos, das identidades e de seus espaços, incluindo o banheiro (Alves & Moreira, 2015).

Reivindicar o direito à diferença não é o mesmo que reivindicar direitos iguais para todos, afinal, o direito à diferença requer uma especificidade sem desvalorização, uma alternativa sem culpabilização. A polêmica em torno da criação de um terceiro banheiro acaba por reforçar um sistema classificatório e normativo da sexualidade, de modo que uma terceira expressão seria adicionada às duas expressões permitidas, sem, no entanto, alterar a própria lógica classificatória. Embora seja considerada uma ampliação do espectro de gênero, por outro lado, produziria outras formas de exclusão com base na sexualidade. Assim sendo, um terceiro banheiro promoveria uma forma de universalismo trans, na qual todas as variantes de travestilidades e transexualidades seriam diluídas e padronizadas (Alves & Moreira, 2015).

Dessa forma, é possível observar a importância da conscientização e preparo nas instituições de ensino, para que possam além de acolher essas mulheres, também possuir um plano de ensino que trabalhe com os demais alunos a questão da inclusão social, evitando assim a evasão escolar.

O Brasil lidera o ranking mundial em termos de assassinatos de pessoas transgênero, além de homicídios onde a identidade de gênero não é especificada, porém poderia se encaixar perfeitamente. Comparativamente, o Brasil supera o México, que ocupa o segundo lugar com quase um quarto do número de casos de homicídios de pessoas trans. Este dado é preocupante e destaca a urgência da situação, especialmente quando há falta de visibilidade, suporte primário, vindo da própria família e ações efetivas para modificar essa realidade (Gutierres & Lordello, 2020).

A cobertura oferecida pelos serviços especializados não tem sido capaz de acompanhar o aumento da demanda, o que ressalta a necessidade de capacitar toda a rede de serviços de saúde para atender adequadamente as vítimas LGBTQI+. O aumento nos registros de violência coincide com os resultados de pesquisas sobre mortalidade violenta entre a comunidade LGBTQI+, que são realizadas por meio de busca ativa e não se baseiam em dados oficiais. Um levantamento nacional conduzido pelo Grupo Gay da Bahia mostrou um aumento de 8% nas mortes violentas de LGBTQI+ entre 2020 e 2021, com 276 casos em 2020 e 300 em 2021. Por outro lado, um levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais mostrou uma redução de 20% nos assassinatos de pessoas trans e travestis no mesmo período, com 175 mortes em 2020 e 140 em 2021 (IPEA, 2021).

As duas participantes relatam situações bastante impactantes sobre os diversos tipos de violência, e alegam que essas situações acarretaram consequências negativas que afetam sua saúde mental e interferem em sua vida social.

A Participante 1 diz que sofreu muitos tipos de violências verbais, sendo que a que mais impactava seu emocional, eram as ameaças que sofria, onde muitas vezes era proibida de andar na rua, e acabava não saindo de casa por medo de apanhar.

Já a Participante 2, relata que as violências verbais sofridas foram muito difíceis, porém a violência física impactou tanto sua saúde mental, que por um momento preferiu não falar mais sobre o assunto. Relata que foi agredida na rua, e evita lembrar desse momento, por lhe causar profundo sofrimento.

O Brasil é reconhecido como um dos piores países para as mulheres trans viverem, sujeitas a exposições, exclusões e violações sistemáticas, sendo relegadas a uma posição de subalternidade e consideradas como vidas menos dignas e, portanto, passíveis de correção e até mesmo de assassinato. As contendas discursivas sobre normas de gênero geram narrativas diversas e estratégias de poder, legitimando um discurso de ódio contra esse grupo específico e tendo um impacto direto na vida desses indivíduos (Cavalcanti et al., 2018).

Anualmente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lança o Atlas da Violência, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), atualizando os dados sobre violência no Brasil. Assim como nos anos anteriores, o objetivo é retratar a violência no país, especialmente com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. Esses dados incluem informações sobre homicídios analisadas sob diversas perspectivas, como gênero, raça e faixa etária.

Socialmente, a condição da mulher nunca foi favorável, mas a situação é ainda mais crítica no caso da população homossexual e transgênero, devido ao padrão de comportamento que sempre excluiu qualquer indivíduo que não se enquadre nas normas estabelecidas pelos sistemas binários, criando uma parcela da população historicamente hostilizada e esquecida. A população

transgênero é extremamente excluída e hostilizada devido à ideia de "instinto sexual". O estereótipo do que seria "normal" é que o indivíduo reproduza os comportamentos socialmente estabelecidos para seu sexo biológico; portanto, essa parcela da população era considerada doente. A violência contra os transexuais é contínua, além de serem considerados portadores de doença mental, passam a ser percebidos como promíscuos. A transfobia, uma construção histórica enraizada em diversas culturas, ainda é uma realidade que violenta e mata milhares de pessoas por ano no mundo, apesar dos avanços no combate ao preconceito, favorecendo assim a discriminação (Tanure, 2023).

Os relatos das participantes ressaltam a necessidade imediata de combater todas as formas de violência e reforçar a urgência de promover ambientes mais seguros e acolhedores. Além da conscientização, se faz necessário políticas mais rígidas quanto aos atos transfóbicos.

Diante de estigmas e discriminações, essas mulheres frequentemente são relegadas a setores como o da indústria do sexo e estética. Outros desafios incluem a falta de respeito ao nome social e dilemas relacionados ao uso de banheiros, situações que frequentemente são acompanhadas de preconceito, gerando angústia para esses indivíduos (Santos & Oliveira, 2021).

No Brasil, as limitações na coleta de dados representam o principal obstáculo técnico para a implementação de políticas públicas voltadas para essa população. As mudanças institucionais nesse processo são bastante lentas e desiguais, tanto no setor de Segurança Pública, como evidenciado nas edições anteriores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, quanto na área da Saúde, abordada no Atlas da Violência. A escassez de dados sobre a população LGBTQI+ sugere uma subnotificação e sub qualificação desse fenômeno (IPEA, 2021).

O preconceito pode ser entendido como um tipo de julgamento prévio sobre algo ou alguém, baseado em uma opinião formada sem fundamentação sólida. É uma visão elaborada sem reflexão adequada ou análise crítica, uma forma de expressar repúdio por meio da discriminação, fundamentada apenas em crenças ou superstições (Buarque, 2010).

Esse preconceito exerce um impacto direto na saúde mental das mulheres trans, resultando em sintomas depressivos, ideação suicida e até tentativas de suicídio. Isso ocorre devido à falta de apoio social causado pelo preconceito e à falta de compreensão sobre a individualidade de cada pessoa. Estando essas mulheres em uma posição vulnerável, é responsabilidade da sociedade oferecer apoio e ajudar a combater esse preconceito imposto de maneira negativa (Chinazzo, 2021).

Para a Participante 1, houve uma melhora em relação ao preconceito vivenciado hoje, mas ela mesma relaciona essa melhora com a alteração de sua postura diante de acontecimentos assim. Adotou uma postura mais firme e reativa diante das situações de preconceito e alega que aprendeu a se impor quando essas situações se apresentavam, e que não mais chorava e recuava diante delas, enfrentando de acordo com que as situações apareciam. Isso fez com que ela se sentisse mais segura e passasse por momentos difíceis sem tanto sofrimento.

Já a Participante 2, diz que sente diferença na maneira como é tratada, e imputa essa mudança na informação que hoje tem sobre questões relacionadas a sua vivência. Percebe o preconceito, mas acredita que as leis de proteção acabam enfraquecendo alguns comportamentos da sociedade.

De acordo com os relatos, nota-se que é de fundamental importância a conscientização da sociedade e a implantação de políticas públicas que continuem amparando essas mulheres. Infelizmente, somente algumas dessas ações acabam colaborando para a diminuição do preconceito, algo triste, pois viver de acordo com a própria identidade, deveria ser um direito de todos os cidadãos brasileiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as entrevistas realizadas, ficamos sensibilizadas pelos relatos que foram compartilhados. Mesmo com uma pesquisa meticulosa sobre o tema, nos deparamos com uma dimensão de sofrimentos e de experiências vivenciadas por essas mulheres trans que não tínhamos conhecimento.

Através dos resultados apresentados, observa-se uma urgência em promover estudos adicionais que fortaleçam as descobertas desta pesquisa, considerando a hipótese da mesma como plausível. A falta de informação a respeito de tais vivências, contribuem para o aumento do preconceito que impactam profundamente a saúde mental dessas mulheres. Além do fato, de que políticas públicas mais eficientes poderiam proporcionar um maior amparo nas questões vivenciadas.

A pesquisa atinge seu objetivo geral, retratando resultados que compactuam para a compreensão das dificuldades que as mulheres trans enfrentam durante o processo de reconhecimento de sua identidade, e que o preconceito manifestado pela sociedade deve ser considerado como fator importante.

Fica evidente também a omissão de uma boa qualidade de vida para essas mulheres, principalmente no que se refere à saúde mental, onde ocorrem situações que impactam essas mulheres e causam sofrimento ao longo de toda a sua vida.

Podemos observar diversas formas de discriminação vivenciadas por mulheres trans no Brasil e como isso influencia e impacta suas vidas. Vendo a carência de respeito por parte da sociedade com essas vivências trans, sendo necessário uma maior compreensão sobre a transgeneridade.

Com isso, nota-se que existem possibilidades de oferecer políticas públicas eficientes que combatam esse preconceito e possam garantir que as mulheres trans tenham perspectivas de

possuir uma saúde mental adequada através da disponibilização de acompanhamentos psicológicos.

E ainda, a disseminação de informações e conhecimento é fundamental para a promoção de um ambiente de respeito e inclusão. Identificamos a importância de promover diálogos construtivos e educativos que valorizem a diversidade e a dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou qualquer outra característica.

Por fim, é imprescindível que outras pesquisas sejam realizadas dentro dessa temática. Por ser um assunto ainda pouco estudado, torna-se pertinente um aprofundamento do tema sobre os diversos estigmas relacionados às mulheres trans no Brasil, que mostre o desamparo direcionado a elas, com a proposta de aumentar a conscientização ao respeito com a diversidade e minimizar a discriminação.

6 REFERÊNCIAS

Alcântara, V. P., Vieira, C. A. L., & Alves, S. V. (2022). Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. *Ciencia & saude coletiva*, *27*(1), 351–361. doi:10.1590/1413-81232022271.22562019

Alves, C. E. R., & Moreira, M. I. C. (2015). Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans) subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia, 17*(3), 59-69. https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1275

Amorim, A. C. P. S., Rocha, T. S., & Diniz, D. M. F. A. (2017). Evasão escolar de mulheres trans e travestis: uma análise acerca da (in) existência de políticas públicas educacionais. In VI Congresso Nacional de Educação. Recuperado de https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA7_ID9333_15082019094634.pdf

de, B. (2010). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.*

Cabral, C. C., & Muñoz, N. M. (2021). Uma transição compartilhada: sobre o acolhimento em saúde mental em um ambulatório do processo transexualizador do SUS. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 24(2), 259–280*. doi:10.1590/1415-4714.2021v24n2p259.3

Cavalcanti, C., Carvalho, M. W. V., & Bicalho, P. P. G. (2018). A Estranha Liberdade de Odiar: uma análise do processo de Ação Civil Pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia. *Revista Periódicus, 10*(1), 231–249. https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.27943

Chinazzo, Í. R., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H., Saadeh, A., & Costa, A. B. (2021). Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva, 26*(suppl 3), 5045–5056. https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019

American Psychiatric Association. (2022). *DSM-5 TR Classification*. American Psychiatric

Ferreira, G. M., Oliveira, H. R., Moreira, T. V. F., & Santos, R. A. A. dos. (2022). A prevalência de quadros depressivos e ansiosos na população LGBTQIA +: um estudo comparativo. *Research, Society and Development, 11*(15), e345111537056. https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37056

Franco, N., & Cicillini, G. A. (2016). TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS NA ESCOLA: um estado da arte. *Cadernos de Pesquisa, 23(2)*. https://doi.org/10.18764/2178-2229.v23n2p122-137

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social (6ª ed.)*. São Paulo: Atlas.

Gutierres, S. M., & Lordello, S. R. (2020). Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Psicologia Política, 20*(47), 165–177. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100013

Jesus, J. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Publicação online. Brasília. Recuperado de http://www.diversidadesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf

Lev, A. I. (2004). *Transgender emergence*. HaworthPress.

Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2007). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade (26ª ed.).* Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Ministério da Saúde. (n.d). Retrieved May 8, 2024, from https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2010.pdf.

Oliveira, I. de, & Romanini, M. (2020). (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. *Saúde E Sociedade, 29(1)*. https://doi.org/10.1590/s0104-12902020170961

Organização Mundial da Saúde. (n.d.). ONU News. https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-da-saude

Resolução N° 12, de 16 de janeiro de 2015: Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais. Rio de Janeiro. (2015).

Santos, K. M. de O., & Oliveira-Silva, L. C. (2021). Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. *Cadernos Pagu, 62*. https://doi.org/10.1590/18094449202100620021

Serralta, F. B., Nunes, M. L. T., & Eizirik, C. L. (2011). Considerações metodológicas sobre o estudo de caso na pesquisa em psicoterapia. *Estudos de Psicologia (Campinas), 28*(4), 501–510. https://doi.org/10.1590/s0103-166x2011000400010

Silva, R. R. da, Silva, L. A. da, Souza, M. V. L. de, Silva, M. V. G. da, Neves, M. P. das, Vargas, D. de, Hipolito, R. L., Souza, D. A. C., Dutra, V. de C. de A., Oliveira, E. S. de, Lipari, C. da C., Garcia, W., Cortes, T., & Mattos, C. M. (2021). Estresse de minoria de gênero e seus efeitos na saúde mental como fator de risco para depressão em pessoas transgênero: Revisão da literatura. *Research, Society and Development, 10*(3), e51610313693. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13693

Soares, A. P. R., Melo, H. C. S., & Junior, G. A. (2017). A TRANSGENERALIDADE ACERCA DE BIOÉTICA E BIOLEI: A percepção dos universitários de graduação em psicologia. Psicologia E Saúde Em Debate, 3(Supl. 1), 1–2. https://doi.org/10.22289/V3S1A1

Soll, B. M. B., & Costa, A. C. (2019, 17 de outubro). Avaliação Psicológica da Disforia de gênero e Candidatos à cirurgia de afirmação de Gênero. *Biblioteca A Viewer*. Edição online. Recuperado de https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788582715581/capitul…disforia-de-genero-e-candidatos-a-cirurgia-de-afirmacao-de-genero

Tanure, A. de C. C. (2023). Sistema binário e violência contra a população transgênero encarcerada. *Anatomia do Crime, 18*(Jul-Dec), 11-43.

Veroneze, R. T. (2022). Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. *Revista Katálysis, 25*, 316–325. https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e83737

Vieira, E. da S., Pereira, C. A. S. R., Dutra, C. V., & Cavalcanti, C. S. (2019). Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. *Psicologia: Ciência E Profissão, 39*(spe3). https://doi.org/10.1590/1982-3703003228504